

Rio de Janeiro



BANCO BTG PACTUAL S.A.

Rio de Janeiro: Praia de Botafogo, 501 - 5º e 6º andares - Torre Corcovado, CEP 22.250-040 - Botafogo - Rio de Janeiro - RJ - Tel.: (21) 3262-9600 - Fax: (21) 3262-8600
 São Paulo: Av. Brigadeiro Faria Lima, 3.477 - 14º andar, CEP 04538-133 - São Paulo - SP - Tel.: (11) 3383-2000 - Fax: (11) 3383-2001 - www.btgpactual.com

Relatório da Administração: Senhores Acionistas: Apresentamos o Relatório da Administração e as Informações Consolidadas do Banco BTG Pactual S.A. (Banco) e suas controladas, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaborados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, a partir de diretrizes contábeis emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), com alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). **Covid-19 | Contexto, Iniciativas e Impactos:** A pandemia da Covid-19 alterou drasticamente o cenário global e criou enormes desafios em todos os aspectos da sociedade - da saúde e segurança à economia, aos amigos e às famílias. Para empresas como o BTG Pactual, isso resultou na necessidade de ajustar o modelo operacional para preservar a saúde e a segurança dos colaboradores e o adequado atendimento aos nossos clientes, que sempre foram o foco da atuação do Banco. Resultou também na necessidade de focar em responsabilidades ainda mais abrangentes com relação às comunidades nas quais atuamos. Abaixo, descreveremos algumas iniciativas importantes tomadas (e que continuaremos a tomar) com relação ao modelo operacional e ao papel que desempenhamos nas sociedades dos países em que atuamos: • Apesar da pandemia, preservamos as bases operacionais do Banco, com avanços e diversificação nos serviços, nos canais de comunicação e nas funcionalidades que colocamos à disposição de nossos clientes; • Nossas equipes de tecnologia viabilizaram a conectividade e a segurança necessárias para o novo ambiente de trabalho (*home office*), com todas as equipes trabalhando de forma estável, contínua e sem incidentes operacionais - e com um elevado nível de engajamento e de dedicação às atividades do Banco; • Desde as primeiras semanas da crise, os times de clientes e de operações têm sido capazes de realizar volumes de operações sem precedentes nos mercados primário e secundário, mantendo a plataforma digital em perfeitas condições operacionais e disponível ininterruptamente e em tempo integral aos nossos clientes; e • Utilizando tecnologias de ponta, nos mantemos próximos e disponíveis aos clientes em todos os segmentos, fornecendo diariamente informações de qualidade e aconselhamento especializado para apoiá-los em suas variadas necessidades em seus negócios, incluindo a gestão de seus portfólios. **Performance: Desempenho do BTG Pactual:** Mesmo em um ano desafiador, diante das incertezas econômicas e mercados voláteis devido a pandemia da COVID-19, apresentamos um desempenho impressionante, com o maior nível de receitas da nossa história e aumento da participação de mercado em todos os segmentos de clientes. Durante o ano focamos na expansão das franquias de clientes e, mesmo com o aumento natural dos custos devido aos maiores investimentos em novos produtos e serviços, nosso índice de eficiência reduziu significativamente no trimestre e se manteve estável durante o ano, corroborando a eficiência do nosso modelo de negócios. O ano de 2021 foi recorde em todos os sentidos e estamos satisfeitos em apresentar, mais uma vez, resultados trimestrais e anuais notáveis. No 4T 2021, o ROAE anualizado ajustado foi de 19,4% e o lucro líquido ajustado atingiu R\$1.782,5 milhão. Para o ano de 2021, o ROAE anualizado e o lucro líquido ajustado foram de 20,3% e R\$6.493,0 milhões, respectivamente. O Net New Money (NNM) total foi de R\$64,4 bilhões no trimestre, levando o total de ativos de terceiros sob gestão e administração para R\$980,5 bilhões. Em 2021, registramos NNM total recorde de R\$325,9 bilhões e um aumento de 54,3% nos ativos sob gestão. Encerramos o ano de 2021 com um índice de Baseleia de 15,7% e índice de cobertura de liquidez de 183%. Conforme mencionado acima, o desempenho do 4T 2021 foi muito forte em todas as unidades de negócios. Atingimos nossa segunda melhor receita em um único trimestre, no valor de R\$3.488,5 milhões, 9,3% abaixo do resultado recorde do 3T 2021. A área de Investment Banking registrou receitas de R\$414,6 milhões, 42,9% abaixo do menor volume de transações no mercado local de ações; Corporate e SME Lending teve seu melhor trimestre desde o IPO, com receitas de R\$742,8 milhões - 15,6% acima do trimestre anterior, com expansão e maior qualidade do nosso portfólio que atingiu R\$106,6 bilhões - crescimento de 9,2% no período. Vale destacar que tivemos uma forte contribuição da estratégia de Special Situation; A área de Sales & Trading manteve receitas consistentes, no valor de R\$916,7 milhões, uma queda de 29,8% em relação ao trimestre anterior. Porém, excluindo o ganho com a venda da CredPago, o resultado foi 16,7% superior, com manutenção de crescimento das atividades de clientes; Asset Management também reportou resultados sólidos, com crescimento nos ativos sob gestão e administração (AuM e AuA) de 2,0% e receitas de 23,9%, com maiores ganhos com taxas de performance no período; As receitas de Wealth Management & Consumer Banking aumentaram em 9,2%, atingindo R\$447,1 milhões, e o nosso Wealth under Management (WuM) subiu 7,0% no trimestre, com fortes captações

líquidas de R\$41,2 bilhões. Por fim, as áreas de Principal Investments e Participations tiveram desempenhos consistentes, com receitas de R\$77,0 milhões e R\$106,3 milhões, respectivamente. Os resultados para o ano de 2021 demonstram o excepcional desempenho de todos os nossos principais negócios. Nossas receitas cresceram 49,4% em 2021, totalizando R\$13.900,6 milhões ante os R\$9.303,5 milhões registrados em 2020. A área de Investment Banking teve seu melhor ano histórico já registrado - as registraram um aumento de 74,1% em relação ao ano anterior atingindo R\$2.309,9 milhões devido ao (i) aumento das atividades no mercado de capitais e, (ii) crescimento da nossa participação de mercado, em especial em DCM, alavancado pelo aumento da nossa capacidade de distribuição; Corporate e SME Lending também teve seu melhor ano desde o IPO, com receitas de R\$2.594,9 milhões, 63,1% acima de 2020 devido a (i) expansão da nossa carteira de crédito, (ii) aumento de participação de mercado no segmento de pequenas e médias empresas (PME), e (iii) melhora na qualidade da nossa carteira de crédito no período; as receitas de Sales & Trading aumentaram em 37,6%, somando R\$4.287,8 milhões, sendo a maior parte proveniente de atividades de clientes uma vez que o nosso VaR como percentual do patrimônio líquido atingiu seu menor nível histórico; O AuM/AuA da Asset Management aumentou 46,6% na comparação anual, com um NNM acumulado de R\$160,0 bilhões, e as receitas aumentaram 17,0% em relação a 2020, atingindo R\$1.185,6 milhão. Por fim, as receitas de Wealth Management & Consumer Banking atingiram recorde histórico de R\$1.526,3 milhão, 79,7% acima de 2020, enquanto o WuM subiu 65,6%, somando R\$427,8 bilhões devido a uma forte captação líquida de R\$165,9 bilhões. Nossas despesas operacionais foram de R\$1.339,8 milhão no 4T 2021 (uma redução de 18,2% em relação ao 3T 2021) e de R\$5.719,4 milhões no ano (um aumento de 50,4% em relação a 2020). O aumento no ano deveu-se, principalmente, a um bônus maior em função do forte desempenho operacional e a maiores despesas com salários e benefícios, uma vez que aumentamos nosso quadro de colaboradores em 48,3%. Ainda assim, o índice de eficiência ficou abaixo da nossa média histórica durante o trimestre e permaneceu estável em comparação a 2020, atingindo 38,4% no 4T 2021 e 41,1% para o ano de 2021. O índice de remuneração foi de 17,5% e 23,4% no 4T 2021 e para o ano de 2021, respectivamente. Nosso lucro líquido contábil foi de R\$1.744,1 milhão no 4T 2021, em linha com o 3T 2021, nosso recorde, e 41,9% acima do 4T 2020. No ano de 2021, nosso lucro líquido contábil aumentou 59,5%, passando de R\$3.976,4 milhões em 2020 para R\$6.342,0 milhões em 2021. Nosso patrimônio líquido foi de R\$37,4 bilhões no 4T 2021, 3,1% acima do 3T 2021 e 40,1% maior em relação ao final de 2020. Esse valor já inclui a provisão de JCP de R\$825,0 milhões no 4T 2021, totalizando R\$1.862,5 milhão em 2021 e o aumento de capital de R\$250 milhões realizado em dezembro de 2021 para a compra do grupo Universa. Também implementamos, ao longo de 2021, uma agenda seletiva de fusões e aquisições proprietárias para acelerar nosso crescimento e geração de valor para nossos acionistas. Durante o ano consolidamos e integramos parceiros, provedores de tecnologia e agentes autônomos independentes de primeira linha e assim, fomos capazes de aprimorar nossa capacidade de distribuição, oferta de produtos e alavancar operacionalmente a nossa plataforma. Para aproveitar essas oportunidades e manter robustas métricas de capital e liquidez realizamos com sucesso duas ofertas públicas, captando mais de R\$5,5 bilhões em recursos e, emitimos nosso primeiro título verde de US\$500 milhões com a menor taxa já registrada para uma empresa financeira brasileira. Em linha com a nossa estratégia ESG, originamos e distribuímos US\$5 bilhões em emissões relacionadas a ESG nos mercados de dívida local e internacional durante 2021 e recebemos três prêmios importantes como reconhecimento do nosso compromisso e realizações até o momento. Neste trimestre, assinamos o primeiro contrato de combustível de aviação sustentável (SAF) na América Latina com a Delta Airlines, esse acordo reforça nosso compromisso em contribuir para um futuro mais sustentável na indústria de viagens. Anunciamos também uma nova linha de crédito verde de US\$300 milhões, fornecida pelo banco de desenvolvimento norte-americano DFC (Development Finance Corporation) com o intuito de expandir as nossas atividades de PMEs na América Latina. Por fim, integramos o ISE B3, Índice de Sustentabilidade Empresarial da B3, pelo segundo ano consecutivo. **Audidores Independentes:** A política da Companhia na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa dos nossos auditores independentes se fundamenta na regulamentação aplicável e nos princípios internacionalmente aceitos que preservam a independência do auditor. Esses princípios consistem em: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente. **Agradecimentos:** Firme no seu propósito de manter um crescimento contínuo e equilibrado, o Banco agradece seus clientes, colaboradores e parceiros de mercado pela confiança, dedicação e apoio continuados.

BALANÇO PATRIMONIAL				
	Nota	31/12/2021	31/12/2020	
Ativo				Passivo
Circulante		214.016.436	179.442.683	Circulante
Disponibilidades	6	1.602.316	933.799	Depósitos e demais instrumentos financeiros
Instrumentos financeiros		184.836.806	151.665.953	Depósitos
Aplicações interfinanceiras de liquidez	7	54.244.377	50.210.427	Captações no mercado aberto
Títulos e valores mobiliários	8	86.450.158	71.292.525	Recursos de aceites e emissão de títulos
Instrumentos financeiros derivativos	9	4.329.033	5.404.639	Obrigações por empréstimos e repasses
Relações interfinanceiras		9.753.880	5.033.708	Instrumentos financeiros derivativos (a)
Operações de crédito	10	30.322.180	20.167.006	Dívidas subordinadas
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	10	(263.022)	(442.353)	Instrumentos de dívida elegíveis a capital
Outros créditos		27.164.850	26.183.106	Relações interfinanceiras
Créditos por avais e fianças honrados		146.323	—	Recebimentos e pagamentos a liquidar
Carteira de câmbio	11	21.109.913	18.985.456	Relações interdependências
Rendias a receber	12	927.089	1.683.791	Recursos em trânsito de terceiros
Negociação e intermediação de valores	11	4.347.646	3.706.151	Outras obrigações
Diversos	12	898.329	1.833.668	Cobrança e arrecadação de tributos e assementados
Provisão para redução ao valor recuperável de ativos		(264.450)	(25.960)	Carteira de câmbio
Outros valores e bens		412.664	659.825	Sociais e estatutárias
Outros valores e bens		19.899	541.860	Fiscais e previdenciárias
Despesas antecipadas		392.775	126.914	Negociação e intermediação de valores
Provisão para desvalorização		(8.949)	—	Diversas
Não circulante		80.699.305	54.951.502	Provisões
Instrumentos financeiros		67.019.288	41.135.813	Provisão de perda para fianças
Aplicações interfinanceiras de liquidez	7	6.821.763	2.163.992	Não circulante
Títulos e valores mobiliários	8	4.788.268	3.791.810	Depósitos e demais instrumentos financeiros
Instrumentos financeiros derivativos	9	29.973.688	13.761.647	Depósitos
Relações interfinanceiras		131.470	131.742	Captações no mercado aberto
Operações de crédito	10	26.195.265	22.496.827	Recursos de aceites e emissão de títulos
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	10	(759.696)	(1.210.205)	Obrigações por empréstimos e repasses
Outros créditos		13.228.820	13.558.049	Instrumentos financeiros derivativos (a)
Créditos por avais e fianças honrados		58.126	224.678	Dívidas subordinadas
Carteira de câmbio	11	229.087	6.029	Instrumentos de dívida elegíveis a capital
Rendias a receber	12	—	9.515	Provisões
Negociação e intermediação de valores	11	5.220.240	6.514.305	Provisão para passivos contingentes
Diversos	12	7.798.386	6.956.672	Provisão de perda para fianças
Provisão para redução ao valor recuperável de ativos		(17.019)	(153.150)	Outras obrigações
Outros valores e bens		451.197	257.640	Carteira de câmbio
Outros valores e bens		451.197	257.640	Obrigações fiscais diferidas
Despesas antecipadas		23.354.588	18.872.613	Diversas
Permanente		22.318.292	18.681.482	Resultados de exercícios futuros
Investimentos	13	22.316.389	18.680.117	Patrimônio líquido
Participação em controladas e coligadas		4.770	4.232	Capital social
Outros investimentos		(2.867)	(2.867)	Reservas de capital
Provisão para perdas		143.572	86.749	Outros resultados abrangentes
Imobilizado de uso		3.085	2.975	Reservas de lucros
Imóveis de uso		354.295	274.032	Total do passivo e do patrimônio líquido
Outras imobilizações de uso		(213.808)	(190.258)	
Depreciações acumuladas		892.724	104.382	
Intangível	14	1.055.780	222.295	
Outros ativos intangíveis		(163.056)	(117.913)	
Amortizações acumuladas		—	—	
Total do ativo		318.201.799	253.266.798	

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO				
	Nota	31/12/2021	31/12/2020	
Receitas/despesa da				
intermediação financeira		1.638.630	5.659.235	2º semestre
Operações de crédito		2.415.717	3.597.609	Exercício
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		4.963.832	11.152.307	Exercício
Resultado de operações de câmbio		475.981	1.083.411	(2.971.133)
Resultado com instrumentos financeiros derivativos		1.920.366	620.220	(3.754.548)
Resultado de aplicações compulsórias		258.621	334.640	(2.316.366)
Operações de captação no mercado		(6.952.682)	(10.076.252)	(4.821.787)
Operações de empréstimos e repasses		(1.398.942)	(1.523.972)	(5.011.783)
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	10	(44.263)	471.272	(210.774)
Outras receitas/(despesas) operacionais		1.485.353	2.368.359	2.030.145
Receitas de prestação de serviços	20	1.773.494	3.329.691	2.206.604
Despesas de pessoal		(402.098)	(687.454)	(427.283)
Outras despesas administrativas	22	(1.284.209)	(2.151.659)	(1.115.390)
Despesas tributárias	23	(260.866)	(578.621)	(40.808)
Resultado de participações em controladas e coligadas	13	1.582.579	3.003.210	1.574.626
Outras receitas operacionais	21	284.398	605.420	359.039
Outras despesas operacionais	21	(207.945)	(1.152.228)	(526.643)
Despesas de provisões		(51.197)	(67.551)	(39.991)
Provisão para passivos contingentes		(16.316)	(37.952)	(6.789)
Garantias prestadas		(34.881)	(29.599)	(33.202)
Resultado operacional		3.072.786	7.960.043	1.019.021
Resultado não operacional	26	799.468	856.093	1.369.099
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participação		3.872.254	8.816.136	2.388.120
Imposto de renda e contribuição social	18	(220.881)	(1.392.860)	(1.512.132)
Provisão para imposto de renda		(41.677)	(41.677)	(143.793)
Provisão para contribuição social		(166.589)	(166.589)	(166.589)
Ativo fiscal diferido		(12.615)	(1.184.594)	1.655.925
Participações estatutárias no lucro		(522.526)	(1.128.799)	(620.127)
Lucro líquido do semestre/período		3.118.847	6.294.477	3.280.125
Lucro líquido por ação - Básico	25	0,27	0,55	0,31
Lucro líquido por ação - Diluído	25	0,27	0,55	0,31

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE				
	Nota	31/12/2021	31/12/2020	
Lucro líquido do semestre/período		3.118.847	6.294.477	3.280.125
Varição de ajuste de avaliação patrimonial de ativos financeiros disponíveis para venda		(48.125)	69.849	(189.165)
IR/CSLL diferidos sobre marcação a mercado de ativos financeiros disponíveis para venda		40.379	(12.985)	90.029
Varição de ajuste de avaliação patrimonial de coligadas		(153.752)	(171.259)	(41.886)
Varição cambial sobre investimentos e ajuste cumulativo de tradução (CTA)		377.762	20.818	742.952
Total do resultado abrangente		3.335.111	6.200.900	3.882.055

Os itens apresentados na demonstração do resultado abrangente podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA				
	Nota	31/12/2021	31/12/2020	
Atividades operacionais				
Lucro líquido do período		3.118.847	6.294.477	3.280.125
Ajustes ao lucro líquido		(920.590)	(99.132)	(1.602.634)
Resultado de participações em controladas e coligadas	13	(1.582.579)	(3.003.210)	(1.598.472)
Despesas de juros com dívidas subordinadas e instrumentos de dívida elegíveis a capital		287.445	1.184.594	1.366.379
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	10	65.161	166.481	210.774
Provisão de perda para fianças		12.427	7.145	33.202
Provisão para passivos contingentes	17	(80.351)	(58.715)	6.789
Varição cambial do permanente	13	265.981	265.991	(552)
Provisão para outros créditos sem características de crédito	21	82.858	125.521	(11.905)
Ativo fiscal diferido	18	12.615	1.184.594	(1.655.925)
Depreciações e amortizações	22	15.853	28.467	47.076
Resultado ajustado do período		2.198.257	6.195.345	1.677.491
Atividades operacionais				
Aplicações interfinanceiras de liquidez		2.627.375	668.517	(881.905)
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos		10.785.872	(19.381.507)	(30.956.989)
Operações de créditos		(7.848.254)	(14.432.041)	(17.702.317)
Outros créditos e outros valores e bens		2.413.675	(3.506.880)	(11.086.018)
Relações interfinanceiras		(2.526.944)	(4.113.815)	(3.960.079)
Relações interdependências		544.009	283.737	323.667
Outras obrigações		(7.167.860)	1.629.043	(18.016.784)
Resultados de exercícios futuros		98.124	85.153	125.838
Depósitos		8.250.668	32.357.520	32.121.914
Captações no mercado aberto		(1.974.983)	(152.148)	25.339.945
Obrigações por empréstimos e repasses		2.307.998	1.463.831	2.339.280
Caixa (utilizado)/proveniente das atividades operacionais		9.707.937	1.096.755	1.496.079
Atividades de investimento				
(Aquisição)/alienação de investimentos e aumento de capital	13	(1.502.000)	(1.090.595)	(453.417)
(Aquisição)/alienação de outros investimentos		(19)	(538)	—
(Aquisição)/alienação de imobilizado e diferido		(61.493)	(80.263)	(59.209)
(Aquisição)/alienação de intangível	14	(580.205)	(653.465)	(46.009)
Dividendos e juros sobre capital próprio recebidos	13	57.505	270.438	1.077.766
Caixa (utilizado)/proveniente nas atividades de investimento		(2.086.212)	(1.554.423)	519.131
Atividades de financiamento				
Aquisição de ações em tesouraria	19	—	—	—
Recursos de aceites e emissão de títulos		706.011	3.808.201	18.593.010
Dívida subordinada e instrumentos de dívida elegíveis a capital		2.807.697	622.651	(1.535.731)
Juros sobre capital próprio	19	(650.000)	(1.746.000)	(541.000)
Aumento de capital				

Rio de Janeiro

Quinta-feira, 17 de fevereiro de 2022 – Diário Comercial – 92

← continuação

BANCO BTG PACTUAL S.A. - CNPJ (MF) nº 30.306.294/0001-45

de sua investida BTG Pactual Asset Management S.A. DTVM, adquiriu 80% de participação na Ourinvest Distribuidora de Títulos de Valores Mobiliários S.A. ("Ourinvest"), sendo essa última empresa mantida como instituição independente do BTG Pactual. O contrato de compra e venda prevê também a opção de compra do restante das ações da Ourinvest até 2022 (a opção de aquisição de 10% já foi exercida em março de 2021 e 10% poderão ser exercidos em março de 2022). Em 31 de março de 2020, as aquisições já realizadas foram aprovadas pelo Bacen. **3. Apresentação das demonstrações contábeis individuais:** As demonstrações contábeis individuais do Banco foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Bacen, e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). A elaboração de demonstrações contábeis individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen, requer que a Administração aplique julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Os ativos e os passivos sujeitos a essas estimativas e premissas referem-se, basicamente, ao imposto de renda diferido ativo e passivo, à provisão para operações de créditos e outros créditos de liquidação duvidosa, à provisão para tributos e contribuições com exigibilidade suspensa, à provisão para passivos contingentes e à mensuração do valor justo de instrumentos financeiros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. O Banco revisa essas estimativas e premissas periodicamente. A Resolução Bacen nº 2/2020, com vigência a partir de janeiro/2021, consolidou os critérios gerais e os procedimentos para divulgação das demonstrações contábeis individuais, incluindo: a) apresentação da Demonstração do Resultado Abrangente; o Lucro por Ação; e as alterações efetuadas na apresentação dos balanços patrimoniais. As cifras de 2020 estão sendo apresentadas nas mesmas bases contábeis para fins de comparabilidade. As demonstrações contábeis individuais foram aprovadas pela Administração em 15 de fevereiro de 2022 e contemplam uma visão verdadeira e apropriada da evolução financeira, patrimonial e de resultados do Banco. A Administração avaliou a habilidade e a capacidade do Banco e de suas controladas de continuarem operando normalmente e está convencida de que o Banco e as suas controladas possuem condições operacionais e recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de qualquer incerteza material que possa gerar dúvidas sobre a capacidade de continuarem operando normalmente. As demonstrações contábeis individuais foram elaboradas com base nesse princípio e nessas premissas. **Moeda funcional:** Os itens incluídos nas demonstrações contábeis individuais do Banco são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual o Banco atua ("a moeda funcional"). As demonstrações contábeis individuais estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional do Banco. Os ativos e os passivos de subsidiárias e de agências no exterior são convertidos pela taxa de câmbio da data do balanço. As receitas e as despesas são convertidas pela taxa de câmbio média mensal. Os resultados de equivalência patrimonial de subsidiárias no exterior são reconhecidos da seguinte forma: para aquelas com moeda funcional igual ao real no resultado do período e, para aquelas com moeda funcional diferente do real: a) resultado do período - parcela referente ao resultado efetivo da subsidiária; e b) Patrimônio Líquido - parcela relativa aos ajustes de variação cambial decorrentes do processo de conversão, líquida dos efeitos tributários. Os efeitos da variação cambial sobre os investimentos no exterior estão distribuídos nas linhas de ajuste da avaliação patrimonial. **4. Principais políticas contábeis:** As práticas contábeis mais relevantes adotadas pelo Banco são as seguintes: **a. Caixa e equivalentes de caixa:** Para fins da demonstração do fluxo de caixa, estão incluídos, dinheiro em caixa, depósito bancários, investimentos de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa, que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, com prazo de vencimento, na data de aquisição, igual ou inferior a 90 dias. **b. Aplicações interfinanceiras de liquidez, depósitos no Bacen com remuneração, depósitos remunerados, captações no mercado aberto, recursos de aceites e emissão de títulos, obrigações por empréstimos e repasses, dívidas subordinadas e demais operações ativas e passivas.** As operações com cláusula de atualização monetária/cambial e as operações com encargos prefixados estão registradas a valor presente, líquidas dos custos de transação incorridos, calculados "pro-rata die" com base na taxa efetiva das operações. **c. Títulos e valores mobiliários:** São avaliados e classificados de acordo com os critérios estabelecidos pela Circular Bacen nº 3.068, de 08 de novembro de 2001, nas seguintes categorias: **i. Títulos para negociação:** Adquiridos com o propósito de serem aliado e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado, em contrapartida ao resultado do período. Segundo a Circular Bacen nº 3.068/2001, os títulos e os valores mobiliários, classificados como títulos para negociação, são apresentados, no balanço patrimonial, no ativo circulante, independente de suas datas de vencimento. **ii. Títulos disponíveis para venda:** Aqueles não enquadrados nem como títulos para negociação nem como mantidos até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos, em contrapartida do resultado e posteriormente avaliados ao valor de mercado em contrapartida de conta específica do patrimônio líquido, líquidos dos efeitos tributários, os quais só serão reconhecidos em contas de resultado quando da efetiva realização. **iii. Títulos mantidos até o vencimento:** Adquiridos com a intenção e a capacidade financeira para manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. Os declínios no valor de mercado dos títulos e valores mobiliários disponíveis para venda e dos mantidos até o vencimento, abaixo dos seus respectivos custos atualizados, relacionados a razões consideradas não temporárias, são refletidos no resultado como perdas incorridas. **d. Determinação do valor justo:** Os instrumentos financeiros são mensurados segundo a hierarquia de mensuração do valor justo descrita a seguir: **Nível 1:** Cotações de preços observáveis em mercados ativos para o mesmo instrumento financeiro; **Nível 2:** Cotações de preços observáveis em mercados ativos para instrumentos financeiros com características semelhantes ou baseados em modelo de precificação nos quais os parâmetros significativos são baseados em dados observáveis em mercados ativos; e **Nível 3:** Modelos de precificação nos quais transações de mercado atual ou dados observáveis não estão disponíveis e que exigem alto grau de julgamento e estimativa. Instrumentos nessa categoria foram precificados usando técnicas em que ao menos um *input*, que pudesse ter um efeito significante no preço, não é baseado em observação de dados de mercado. Quando *inputs* podem ser observados, a partir de dados de mercado sem custos e esforços excessivos, são utilizados. Caso contrário, o Banco determina um nível adequado para o *input*. Os instrumentos financeiros basicamente incluem participações em fundos de private equity, ações não listadas em bolsa oriundas das nossas atividades de *Merchant Banking*, alguns títulos de dívida (debêntures) de empresas fechadas e derivativos de energia, os quais a precificação depende de *inputs* não observáveis. Nenhum ganho ou perda é considerado no reconhecimento inicial de um instrumento financeiro precificado com técnicas que incorporam dados não observáveis.

Premissas de avaliação do Nível 3

Ativo	Técnica de precificação	Principais premissas
Fundos de <i>private equity</i> (investimentos sem cotação)	Preço de investimentos recentes; modelos baseados em fluxo de caixa descontado ou ganhos, múltiplos de transações de mercado (M&A).	Crescimento de receita e mercado, expectativa de alavancagem e rentabilidade, taxas de desconto, pressupostos macro econômicos tal como inflação e taxas de câmbio, riscos e prêmios incluindo mercado, tamanho e prêmio de risco do país. Probabilidade de <i>default</i> , grandes perdas e queda de rendimento, pré-pagamento e taxa de recuperação.
Títulos de dívida (debêntures)	Modelos padrões e comparação de preços	GDP real de reservas de água e previsão de chuvas.
Derivativos de energia	Modelos baseados em sistema de dados (Decomp e Newwave)	

Em certos casos, os dados usados para apurar o valor justo podem situar-se em diferentes níveis da hierarquia de mensuração do valor justo. Nesses casos, o instrumento financeiro é classificado na categoria mais conservadora em que os dados relevantes para a apuração do valor justo foram classificados. Essa avaliação exige julgamento e considera fatores específicos dos respectivos instrumentos financeiros. Mudanças na disponibilidade de informações podem resultar em reclassificações de certos instrumentos financeiros entre os diferentes níveis da hierarquia de mensuração do valor justo. O Banco avalia os níveis em cada período de divulgação numa base de instrumento por instrumento e reclassifica os instrumentos quando necessário com base nos fatos no final do período. **e. Instrumentos financeiros derivativos:** São classificados de acordo com a intenção da Administração, na data da contratação da operação, levando em conta se sua finalidade é para proteção contra risco (*hedge*) ou não. As operações que utilizam instrumentos financeiros efetuadas por conta própria, ou que não atendam aos critérios de proteção (principalmente derivativos utilizados para administrar a exposição global de risco), são contabilizadas pelo valor justo, com os ganhos e as perdas, realizados e não realizados, reconhecidos diretamente no resultado do período. Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para mitigar os riscos decorrentes das exposições às variações no valor de mercado dos ativos e passivos financeiros e que sejam altamente correlacionados no que se refere às alterações no seu valor de mercado em relação ao valor de mercado do item que estiver sendo protegido, tendo no início quanto ao longo da vida do contrato e considerado efetivo na redução do risco associado à exposição a ser protegida, são considerados como instrumentos de proteção (*hedge*) e são classificados de acordo com sua natureza em: **• Hedge de risco de mercado:** os instrumentos financeiros classificados nessa categoria, bem como seus ativos e passivos financeiros relacionados, objeto de *hedge*, são mensurados a valor justo e têm seus ganhos e perdas, realizados ou não realizados, registrados no resultado. **• Hedge de fluxo de caixa:** os instrumentos classificados nesta categoria são mensurados a valor justo, sendo a parcela efetiva das valorizações ou desvalorizações registrada, líquida dos efeitos tributários, em conta decaçada do patrimônio líquido. A parcela não efetiva do respectivo *hedge* é reconhecida diretamente no resultado. **• Hedge de Investimento Líquido em Operações no Exterior:** é contabilizado de forma similar ao *hedge* de fluxo de caixa, ou seja, a parcela do ganho ou perda sobre o instrumento de *hedge* que for determinada como *hedge* efetiva é reconhecida no patrimônio líquido, reclassificado para o resultado do período em caso de alienação da operação no exterior. A parcela não efetiva é reconhecida no resultado do período. **f. Valor justo dos títulos e valores mobiliários, instrumentos financeiros derivativos e demais direitos e obrigações:** O valor justo dos títulos e valores mobiliários, instrumentos financeiros derivativos e demais direitos e obrigações, quando aplicável, é calculado com base em preços de mercado, modelos de avaliação de preços, ou ainda com base no preço determinado para outros instrumentos financeiros com características semelhantes. Assim, quando da liquidação financeira dessas operações, os resultados poderão ser diferentes das estimativas. Os ajustes diários das operações realizadas no mercado futuro são registrados como receita ou como despesa efetiva quando auferidas ou incorridas. Os prêmios pagos ou recebidos na realização de operações no mercado de opções de ações, outros ativos financeiros e mercadorias são registrados nas respectivas contas patrimoniais pelos valores pagos ou recebidos, ajustados a preços de mercado em contrapartida do resultado. As operações realizadas no mercado a termo de ativos financeiros e mercadorias são registradas pelo valor final contratado, deduzido de diferença entre esse valor e o preço do bem ou direito ajustado a preços de mercado, na adequada conta de ativo ou passivo. As receitas e despesas são reconhecidas de acordo com o prazo de fluência dos contratos. Os ativos e passivos decorrentes das operações de swap e de termo de moedas - dos contratos a termo sem entrega física (NDF) - são registrados em contas patrimoniais pelo valor contábil, ajustado ao valor de

mercado, em contrapartida do resultado. O valor nocional dos contratos é registrado em contas de compensação. **g. Instrumentos financeiros - apreensão líquida:** Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **h. Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros com retenção substancial de riscos e benefícios:** Ativos financeiros permanecem no balanço da entidade que transferiu seus ativos quando ela mantém os riscos e benefícios relacionados a esse ativo. Nesse caso um passivo financeiro é reconhecido. **i. Operações de crédito e outros créditos (operações com característica de concessão de crédito):** São aplicadas as disposições constantes da Resolução CMN nº 2.682/1999. Em consequência, as operações são registradas a valor presente, calculado "*pro-rata die*" com base na variação do indexador e na taxa de juros pactuados, sendo atualizadas até o 59º dia de atraso, observada a expectativa do recebimento. A partir do 60º dia, o reconhecimento no resultado ocorre quando da efetiva amortização da dívida. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas anteriormente à renegociação e, no caso de já terem sido baixadas contra provisão, são classificadas como nível H. Os ganhos são reconhecidos na receita quando do efetivo recebimento. **j. Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito:** Constituída com base na análise dos riscos de realização dos créditos, considerando o risco do cliente e a natureza e as condições da operação, em montante considerado suficiente para a cobertura de eventuais perdas, atendidas às disposições constantes da Resolução CMN nº 2.682/1999, dentre as quais se destacam: **•** As provisões são constituídas a partir da concessão do crédito, considerando a classificação do cliente, nos termos dessa Resolução, e as condições da operação, em função da análise periódica do nível de risco do cliente, das garantias da operação e dos setores de atividade, e não apenas quando da inadimplência; **•** Considerando exclusivamente a inadimplência, as baixas de operações de crédito contra prejuízo são efetuadas após 360 dias do vencimento do crédito ou após 540 dias do vencimento para as operações com prazo a decorrer superior a 36 meses; e **•** A provisão para créditos de liquidação duvidosa e de outros créditos é estimada com base em análise das operações e dos riscos específicos apresentados em cada carteira, de acordo com os critérios previstos na Resolução CMN nº 2.682. **k. Investimentos:** As participações em controladas e em coligadas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial. Os outros investimentos permanentes estão avaliados pelo custo de aquisição, deduzido, quando aplicável, de provisão para perdas. **l. Conversão de Moedas Estrangeiras:** Vide nota 3. **m. Ágio ou deságio:** O ágio ou o deságio é apurado com base na diferença entre o valor pago na data de aquisição e o valor contábil líquido. O ágio ou o deságio, cujo fundamento é baseado na previsão de resultados futuros da entidade adquirida, é amortizado em consonância com os prazos de projeções que o justificaram ou, quando baixado o investimento, por alienação ou perda, antes de cumpridas as previsões. O deságio é contabilizado no grupo de investimentos para coligadas e controladas e no resultado de exercícios futuros, para controladas. **n. Imobilizado de uso:** Registrado pelo custo de aquisição. A depreciação é calculada pelo método linear com base no prazo de vida útil-econômica dos bens. A amortização é calculada pelo método linear com base nos prazos estimados de utilização ou de locação. **o. Intangíveis:** Corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade, de acordo com a Resolução CMN nº 4.534. Está composto por (i) ágio pago na aquisição de sociedades, transferido para o ativo intangível em razão da incorporação do patrimônio da adquirente pela adquirida ou pela consolidação do Banco, (ii) por direitos na aquisição de contratos de gestão de ativos e (iii) softwares e benfeitorias. A amortização é calculada pelo método linear com base no período em que os direitos geram benefícios. **p. Cripto-ativos:** Corresponde aos direitos adquiridos e controlados pelo Banco como resultado de eventos passados e que tenham por objeto ativos não monetários identificáveis, sem substância física, e capazes de gerar futuros benefícios econômicos. Estão incluídas nesse tópico as transações de compra e venda de cripto-ativos realizadas pelo Banco, por meio de sua unidade em Cayman, no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e de 2020. O Banco mensura os cripto-ativos por meio da apuração do valor justo. Após a realização de análise de cada uma das opções possíveis, a Administração do Banco entende que a classificação que melhor se adequa à natureza das transações realizadas com cripto-ativos seja de Outros Valores e Bens. Na data de elaboração dessas demonstrações contábeis, o Banco possui operações de baixo valor de cripto-ativos não realizadas reconhecidas em seu balanço patrimonial. **q. Redução ao valor recuperável de ativos:** É reconhecida como perda no resultado do período sempre que existirem evidências claras de que os ativos estão avaliados por valor não recuperável. Esse procedimento é realizado no mínimo no fim de cada exercício. Os ativos sujeitos à avaliação da redução do valor recuperável são deduzidos, quando aplicável, de provisão para desvalorização, que é calculada de acordo com o maior valor entre o valor em uso e o valor justo menos custos para venda dos ativos. As principais estimativas utilizadas na determinação da provisão são: expectativa de fluxos de caixa futuros; taxas de descontos; e liquidez, entre outras. **r. Imposto de Renda e Contribuição Social:** As provisões para imposto de renda e contribuição social, quando devidas, são constituídas com base no lucro contábil, ajustado pelas adições e exclusões previstas na legislação fiscal. O imposto de renda e a contribuição social diferidas são calculadas sobre o valor das diferenças temporárias, sempre que a realização desses montantes for julgada provável. Para o imposto de renda a alíquota utilizada é de 15%; acrescida de adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente a R\$240 e de 25% para contribuição social das companhias financeiras. O componente diferido, representado pelos créditos tributários e as obrigações fiscais diferidas, é obtido pela diferença entre as bases de cálculo contábil e tributária dos ativos e passivos. Os créditos tributários somente são reconhecidos quando for provável que lucros tributáveis futuros estarão à disposição para sua compensação. **s. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias:** São efetuados de acordo com os critérios descritos abaixo: **i. Contingências ativas:** Não são reconhecidas nas informações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos; **ii. Contingências passivas:** São reconhecidas nas informações financeiras quando, baseada na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes relevantes classificados como passivos possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perda remota não requerem provisão e divulgação. **iii. Obrigações legais - fiscais e previdenciárias:** Referem-se a demandas judiciais nas quais estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. O montante discutido é quantificado e registrado contabilmente. **l. Lucro por ação:** É calculado com base na média ponderada de ações durante os períodos. **u. Reconhecimento de receita/despesa:** O resultado das operações é apurado pelo regime de competência. **v. Resultado recorrente e não recorrente:** Conforme disposto na Resolução ECB nº 2, de 12/08/2020, o BTG Pactual divulga o resultado não recorrente em nota explicativa (27c), apresentando eventos não recorrentes que ocorreram e contribuíram para o resultado, que não são relacionados (ou estejam relacionados incidentalmente) com as atividades típicas do Banco. **5. Gerenciamento de risco:** O gerenciamento de riscos no BTG Pactual é realizado mediante o envolvimento de todas as instâncias de gestão e de controle da Instituição. O Conselho de Administração do Banco, nos termos da Resolução CMN 4.557/2017, é a instância responsável por fixar os níveis de apetite a riscos, aprovar e revisar as políticas, as estratégias e os limites de riscos, as políticas e as estratégias de gestão de capital, o programa de testes de estresse, a gestão da política de gestão da continuidade dos negócios, entre outras atividades. A Diretoria Executiva cabe formular políticas, definir diretrizes de riscos e supervisionar os processos de gestão e de controles de riscos. Na sequência, há um conjunto de comitês e de áreas de riscos, encarregados da execução de atividades de gestão e de controles de riscos. Os principais comitês/áreas envolvidas em atividades de gestão de risco são: (i) Reunião de Diretoria, que formula as políticas, propõe limites globais e é a última instância responsável pela gestão dos nossos riscos; (ii) Comitê de Risco e Capital, composto por maioria de membros independentes que avaliam os resultados da gestão do risco e das estratégias; (iii) Comitê de Novos Produtos, que avalia a viabilidade e supervisiona a implementação de propostas de novos negócios e produtos; (iv) Área de Risco de Crédito, que é responsável pela aprovação de novas operações de crédito de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo *Chief Risk Officer* ("CRO"); (v) Área de Risco de Mercado, que é responsável pelo monitoramento do risco de mercado, incluindo a utilização dos limites de risco (VaR), e para a aprovação de exceções na forma prevista em normas internas; (vi) Área de Risco Operacional, que avalia os principais riscos operacionais frente às políticas internas e aos limites regulatórios; (vii) Comitê de Compliance, que é responsável por estabelecer regras de Anti Money Laundry ("AML") e por relatar problemas potenciais que envolvem lavagem de dinheiro; (viii) CRO, que é responsável por monitorar o risco de liquidez, incluindo a posição de caixa e o gerenciamento da estrutura de capital; (ix) Comitê de Auditoria, que é responsável pela verificação independente da adequação dos controles internos, pelas avaliações quanto à manutenção dos registros contábeis e da qualidade e da integridade das demonstrações contábeis; (x) Área de Risco Socioambiental, que avalia os riscos social, ambiental e climático, de acordo com os princípios da relevância e da proporcionalidade, bem como administra e mitiga impactos sociais, ambientais e climáticos adversos resultantes de nossas operações e atividades; e (xi) Comitê ESG, composto pelos C-levels, tendo sido estabelecido para garantir que a avaliação do risco socioambiental esteja suficientemente incorporada nas práticas de negócio e de identificação das oportunidades de negócios ESG. O Banco monitora e controla a exposição a riscos por meio de uma variedade de sistemas internos, distintos porém complementares, de crédito, financeiro, operacional, *compliance*, tributos e legal. Acreditamos que o envolvimento dos comitês e das áreas (incluindo suas subcomissões) com a gestão e o controle contínuos dos riscos promove a cultura de rigoroso e efetivo controle de riscos em todo o Grupo BTG Pactual. As comissões do Banco são compostas por membros seniores das unidades de negócios e por membros superiores dos departamentos de controle, os quais são segregados e independentes das áreas de negócio. Maiores detalhes sobre o gerenciamento de riscos podem ser consultados no site <https://ri.btgpactual.com/>, na seção Governança Corporativa/Gerenciamento de Risco. **a. Limites Operacionais:**

	2021	2020
Patrimônio Líquido Consolidado	37.379.747	26.680.655
Nível I	33.657.720	22.087.705
Capital principal	33.266.891	21.710.355
Capital complementar	390.829	377.350
Nível II	5.135.239	4.045.185
Patrimônio de Referência (PR) - (a)	38.792.959	26.132.890
Patrimônio de Referência Exigido (PRE)	19.799.466	12.553.154
Exposição total Ponderada pelo Risco - (b)	247.493.322	156.914.431
Risco de Crédito	203.488.396	120.955.912
Risco Operacional	17.193.881	7.025.255
Risco de Mercado	26.811.044	28.933.264
Índice de Basileia - (a/b)	15,7%	16,7%
Capital de Nível I	13,6%	14,1%
Capital de Nível II	2,1%	2,6%
Índice de Consumo de Imobilização	63,5%	99,6%
Limite para Imobilização (LI)	12.389.610	13.507.529
Situação para o Limite de Imobilização	19.308.874	13.004.047
Valor da Margem ou Insuficiência	7.080.736	53.482

As Resoluções CMN nº 4.192/2013 e nº 4.278/2013 dispunham, na data-base destas Demonstrações Financeiras, sobre os critérios de apuração dos Requisitos MÍNIMOS de Patrimônio de Referência, de Capital de Nível I e de Capital Principal e a de nº 4.193/2013 instituiu o Adicional de Capital Principal. Para os

→ continua

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO			
	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Receitas		20.733.294	16.564.424
Intermediação financeira		16.788.187	13.196.315
Prestação de serviços	20	3.329.691	2.206.604
Outras		615.416	1.161.505
Despesas	(11.766.705)	(14.167.448)	
Intermediação financeira	(11.600.224)	(13.956.674)	
Provisão para operações de crédito e outros créditos	10	(166.481)	(210.774)
Insumos adquiridos de terceiros		(2.077.901)	(1.040.716)
Materiais, energia e outros		(38.283)	(27.299)
Serviços de terceiros		(2.039.618)	(1.013.417)
Valor adicionado bruto		6.888.688	1.356.260
Depreciação e amortização	23	28.467	(23.230)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade		6.917.155	1.333.030
Valor adicionado recebido em transferência		3.003.210	1.574.626
Resultado de participações em controladas e coligadas	13	3.003.210	1.574.626
Valor adicionado a distribuir		9.920.365	2.907.656
Distribuição do valor adicionado		9.920.365	2.907.656
Pessoal		1.797.344	1.047.409
Proventos		1.553.473	894.612
Benefícios		214.347	134.152
FGTS		29.524	18.645
Impostos, taxas e contribuições Federais		1.763.216	(1.471.326)
Municipais		197.359	107.465
Remuneração de capitais de terceiros		65.328	51.448
Aluguéis		65.328	51.448
Remuneração de capitais próprios		6.294.477	3.280.125
Lucros retidos		5.469.477	2.184.125
Juros sobre capital próprio	19	825.000	1.096.000

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS - 31 DE DEZEMBRO DE 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado)

1. Contexto operacional: O Banco BTG Pactual S.A. ("Banco" ou "BTG Pactual") é constituído sob a forma de banco múltiplo e atua em conjunto com suas controladas ("Grupo BTG Pactual"), oferece produtos e serviços financeiros relativos às carteiras comerciais, inclusive câmbio, de investimentos, crédito, financiamento, arrendamento mercantil, seguros, entre outros, no país e em várias localidades no exterior. O Banco tem a sua sede localizada na Praia de Botafogo, 501 - 5º andar - Torre Corcovado, na cidade e estado do Rio de Janeiro. Possui como local principal de seus negócios o escritório situado na Av. Brigadeiro Faria Lima, 3477 - 14º andar (parte), na cidade e estado de São Paulo. As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de sociedades que atuam integralmente no mercado financeiro e algumas operações têm a intermediação de outras sociedades integrantes do Grupo BTG Pactual. O Banco tem como controlador a BTG Pactual Holding Financeira Ltda. ("Holding Financeira"), que é controlado pela BTG Pactual G7 Holding S.A. por meio da BTG Pactual Holding S.A. ("Holding"). O BTG Pactual possui *units* listadas na B3 S.A. em São Paulo. Cada *unit* corresponde a 1 ação ordinária e 2 ações preferenciais classe A. **Pandemia da Covid-19 | Contexto, iniciativas e impactos:** A pandemia da Covid-19 alterou drasticamente o cenário global e criou enormes desafios em todos os aspectos da sociedade - da saúde e segurança à economia, aos amigos e às famílias. Para empresas como o BTG Pactual, isso resultou na necessidade de ajustar o modelo operacional para preservar a saúde e a segurança dos colaboradores e o adequado atendimento aos nossos clientes, que sempre foram o foco da atuação do Banco. Resultou também na necessidade de focar em responsabilidades ainda mais abrangentes com relação às comunidades nas quais atuamos. Antes de abordarmos o lado patrimonial e financeiro do exercício de 2021, descreveremos algumas iniciativas importantes tomadas (e que continuaremos a tomar) com relação ao modelo operacional e ao papel que desempenhamos nas sociedades dos países que atuamos: **•** Apesar da pandemia, preservamos as bases operacionais do Banco com avanços e diversificação nos serviços, por meio de novas funcionalidades operacionais e de novos canais de comunicação disponibilizados aos nossos clientes. **•** Nossas equipes de tecnologia viabilizaram a conectividade e a segurança necessárias para o novo ambiente de trabalho (*home office*), com todas as equipes trabalhando de forma estável, contínua e sem incidentes operacionais - e com um elevado nível de engajamento e dedicação às atividades do Banco; **•** Desde as primeiras semanas da crise, os times de clientes e de operações têm sido capazes de realizar volumes de operações sem precedentes nos mercados primário e secundário, mantendo a plataforma digital em perfeitas condições operacionais e disponível ininterruptamente e em tempo integral aos nossos clientes; **•** Utilizando tecnologias de ponta, nos mantemos próximos e disponíveis aos clientes em todos os segmentos, fornecendo diariamente informações de qualidade e aconselhamento especializado para apoiá-los em suas variadas necessidades em seus negócios, incluindo a gestão de seus portfólios. **Novo Programa de *units*:** Em 3 de abril de 2020, o Conselho de Administração do BTG Pactual aprovou novo programa de recompra de ações. Esse novo programa teve como objetivo realizar a aplicação eficiente dos recursos do Banco, de modo a maximizar a alocação de seu capital, contemplando a aquisição de até 15.000.000 *units*. Na mesma data, as ações então mantidas em tesouraria foram canceladas. **2. Reorganizações societárias e aquisições: • Reorganizações societárias e ofertas: Emissão de bônus sênior:** Em 1 de julho de 2021, o BTG Pactual emitiu bônus sênior (BTG 2025 *bond*) sem garantia e com taxa fixa de 4,50%, vencimento em 2025, por US\$ 250 milhões e rendimento para investidores de 3,25% a.a.. Esse bônus tem um valor em aberto de US\$ 1 bilhão. A transação foi liquidada em 12 de julho de 2021. **Desdobramentos de ações:** Mediante aprovação do Conselho de Administração do BTG Pactual, foi apresentado pleito ao Bacen, em 9 de abril de 2021, visando ao desdobramento das ações do Banco. Nos termos definidos no desdobramento, cada *unit* foi dividida em quatro. Uma vez mantidas as mesmas proporções, cada *unit* emitida pelo Banco passou a corresponder a 1 ação ordinária e a 2 ações preferenciais classe A. O desdobramento não alterou os direitos dos acionistas ou a proporção da participação deles no capital do Banco. Todos dividendos que vierem a ser deliberados pelas assembleias refletirão o desdobramento de ações, não tendo o capital social do Banco sido alterado nesse desdobramento. Em 25 de junho de 2021, considerando a obtenção das aprovações regulatórias, foram adotados os procedimentos necessários ao desdobramento, na data-base de 30 de junho de 2021. **Emissão de *Global Medium Term Notes*:** Em 6 de janeiro de 2021, o Banco, por meio de sua filial em Cayman, emitiu *Global Medium Term Notes* com o propósito de realizar financiamentos e refinanciamentos de *green projects* e/ou projetos sociais elegíveis, no montante global nominal de US\$500 milhões a taxa fixa de 2,75% a.a., com data de vencimento em 11 de janeiro de 2026 e juros semestrais em 11 de janeiro e 11 de julho de cada ano. **Ofertas públicas primárias:** Em 29 de junho de 2020, o Banco realizou oferta pública primária com esforços também restritos de distribuição de 35.625.000 *Units*, compreendendo 35.625.000 Ações Ordinárias e 71.250.000 Ações Preferenciais. O procedimento de "bookbuilding" foi concluído, ficando estabelecido o preço por *Unit* de R\$74,40 e, consequentemente, o preço por ação de R\$24,80, o que resultou em um montante ofertado de R\$2.650.500,00, valor que, descontado dos custos de emissão de R\$29.349, corresponde ao montante do aumento de capital do Banco. Em 13 de janeiro de 2021, o Banco realizou oferta pública primária com esforços restritos de distribuição de 27.777.778 *Units*, compreendendo 27.777.778 Ações Ordinárias e 55.555.556 Ações Preferenciais. O procedimento de "bookbuilding" foi concluído, ficando estabelecido o preço por *Unit* de R\$92,52 e, consequentemente, o preço por ação de R\$30,84, o que resultou em um montante ofertado de R\$2.570.000, valor que descontado dos custos de emissão de R\$25.370, corresponde ao aumento do capital do Banco. Em 28 de maio de 2021, o Banco realizou outra oferta pública primária com esforços restritos de distribuição de 24.402.000 *Units*, compreendendo 24.402.000 Ações Ordinárias e 48.804.000 Ações Preferenciais. O procedimento de "bookbuilding" foi concluído, ficando estabelecido o preço por *Unit* de R\$122,01 e, consequentemente, o preço por ação de R\$40,67. Essa oferta, propiciou a captação de recursos no montante de R\$2.977.288, montante esse que, descontado dos custos de emissão de R\$24.797, corresponde ao aumento do capital do Banco. **• Aquisições e vendas: Credpago Serviços de Cobrança S.A.** Em 29 de junho de 2021, o Banco vendeu, para a Loft Brasil Tecnologia Ltda., a totalidade das ações que detinha da Credpago Serviços de Cobrança S.A. pelo montante total de R\$1.568 milhões, sendo a liquidação acordada em (i) dinheiro (parcialmente à vista e o restante em parcelas a serem pagas em até 24 meses) e (ii) em ações da Loft Holdings Ltd. Em 16 de setembro de 2021, a venda foi aprovada pelos órgãos reguladores e a venda foi concretizada nos dias seguintes. **Empiricus:** Em 31 de maio de 2021, o Banco firmou um contrato com as empresas Empiricus Research Publicações Ltda., Vitreo Holding Financeira S.A., Vitreo Holding S.A., Vitreo Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., suas subsidiárias e seus respectivos acionistas (vendedores) com o intuito de realizar a aquisição dessas empresas e de firmar parcerias de longo prazo com os vendedores. A compra foi aprovada pelos órgãos reguladores e a incorporação da Holding Universa S.A. foi concluída em 01 de dezembro de 2021, de forma que as empresas mencionadas acima se tornaram subsidiárias integrais do BTG Pactual. **Banco Pan S.A.:** Em 5 de abril de 2021, foi assinado o contrato de compra e venda entre a CaixaPar e o Banco Sistema (Controlado pelo BTG Pactual), para a aquisição da totalidade das ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, de emissão do Banco Pan e de titularidade da CaixaPar, representativas de 49,2% do capital social votante do Banco Pan, equivalente a 26,8% do capital social. Para a conclusão da operação, o Banco Sistema pagou à CaixaPar o valor total de aproximadamente R\$3,7 bilhões, valor que corresponde a R\$11,42 por cada uma das Ações objeto da operação. Em 19 de maio de 2021, tendo sido verificado o cumprimento de todas as condições precedentes, incluindo as aprovações regulatórias aplicáveis, a aquisição foi aprovada. Em 31 de dezembro de 2021 a participação direta e indireta do BTG Pactual no Banco Pan é de 71,69%. **Alienação EFG:** Em 20 de abril de 2021, a BTG Pactual (Cayman) International Holding Limited alienou, à Holding, a integralidade das quotas de sua titularidade de emissão da BTG Pactual Holding EFG Ltda. ("Holding EFG"), no valor de aproximadamente R\$3,8 bilhões. A Holding EFG era detentora de aproximadamente 89,51% da BTGP BSI Ltd, correspondentes a uma parcela de cerca de 22,55% do capital do EFG. Após a transação, o Banco permanecerá com cerca de 2,64% do capital social do EFG. Na mesma data, a *Equity Linked Note* emitida nos termos da Resolução CMN nº 4.192, de 2013, anteriormente registrada no passivo da BTG Pactual Cayman Branch, foi liquidada. **Kinvo Tecnologia da Informação Ltda.:** Em 16 de março de 2021, o Banco assinou por meio da BTG Pactual Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., documentos definitivos referentes à aquisição da Kinvo Tecnologia da Informação Ltda., pelo valor de R\$72 milhões. Essa aquisição visa ampliar o ecossistema do BTG Digital, complementando a oferta de produtos e de serviços aos nossos clientes. Em 17 de maio de 2021, a aquisição foi aprovada pelo Bacen e a operação concluída na sequência. **Necton Investimentos S.A.:** Em 23 de outubro de 2020, foram assinados documentos definitivos referentes à aquisição de 100% do capital social da Necton Investimentos S.A. Corretora de Valores Mobiliários e Commodities, pelo valor de R\$ 342 milhões. Essa aquisição faz parte da estratégia de expansão do BTG Pactual no segmento de varejo de investimentos. Em 5 de abril de 2021, tendo sido verificado o cumprimento de todas as condições precedentes, incluindo a aprovação das autoridades reguladoras, foi concluída a aquisição de 100% do capital social da Necton. **EQI Investimentos ("EQI")**, passando essa firma a atuar como sua prestadora de serviços de agente autônomo de investimentos. O acordo prevê que o Banco apoiará o projeto da EQI de atuar, após a obtenção das aprovações regulatórias aplicáveis, como corretora de títulos e valores mobiliários. **Ourinvest Distribuidora de Títulos de Valores Mobiliários S.A.:** Em 19 de julho de 2019, o Banco, por meio

←continuação

BANCO BTG PACTUAL S.A. - CNPJ (MF) nº 30.306.294/0001-45

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS - 31 DE DEZEMBRO DE 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado)

			31/12/2021					31/12/2020	
	Custo	Mercado	Até 90 dias	De 90 a 365 dias	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Mercado	
Títulos públicos federais	18.267.925	18.266.380	14.566.267	3.330.235	356.983	12.895	-	33.447.157	
Debêntures	4.820.197	4.629.816	-	45.640	4.484	1.327.325	3.252.367	1.083.058	
Certificado de recebíveis do agronegócio	-	-	-	-	-	-	-	217.352	
Certificado de recebíveis imobiliários	20.473	18.218	-	-	-	1.082	17.136	90.595	
Vinculados à prestação de garantias	6.590.780	6.512.361	3.618.338	390.225	122.985	242.245	2.138.568	9.704.531	
Títulos públicos federais	2.709.578	2.709.703	2.709.703	-	-	-	-	1.217.124	
Certificado de recebíveis imobiliários	433.812	441.044	-	-	-	-	441.044	-	
Debêntures	2.092.776	1.993.714	-	1	62.117	234.072	1.697.524	7.907.126	
Notas promissórias	1.166.601	1.158.285	707.193	390.224	60.868	-	-	257.381	
Certificado de recebíveis do agronegócio	9.009	8.173	-	-	-	8.173	-	-	
Ações	179.004	201.442	201.442	-	-	-	-	322.900	
Total	82.531.175	84.392.438	45.878.435	4.878.251	8.793.059	3.395.858	21.446.836	71.065.472	

c. Títulos disponíveis para venda:

			31/12/2021					31/12/2020	
	Custo	Mercado	Até 90 dias	De 90 a 365 dias	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Mercado	
Carteira própria	4.087.939	4.364.493	807.346	1.180.290	1.007.278	836.456	533.123	1.576.998	
Certificado de recebíveis imobiliários	3.511	1.851	1.098	-	-	143	-	933	
Títulos privados no exterior	-	-	-	-	-	-	-	21.945	
Outros	1.336.637	1.332.610	567.255	539.135	195.372	30.848	-	28.442	
Quotas de fundos de investimento									
Funções de Investimento em Participações (FIP)	168.731	490.459	-	-	-	-	490.459	426.911	
Debêntures	2.340.067	2.300.580	-	641.155	-	805.608	42.054	972.490	
Ações	238.993	238.993	238.993	-	-	-	-	126.277	
Vinculados a compromissos de recompra	1.180.327	1.176.483	-	20.888	237.629	917.966	-	582.546	
Debêntures	1.180.327	1.176.483	-	20.888	237.629	917.966	-	489.141	
Certificado de recebíveis imobiliários	-	-	-	-	-	-	-	1.044	
Outros	-	-	-	-	-	-	-	92.361	
Vinculados à prestação de garantias	1.305.635	1.301.482	36.639	9.027	543.779	598.228	113.809	1.859.320	
Quotas de fundos de investimento									
Multimercado	30.322	36.639	36.639	-	-	-	-	35.004	
Debêntures	1.275.313	1.264.843	-	9.027	543.779	598.228	113.809	1.523.452	
Certificado de recebíveis imobiliários	-	-	-	-	-	-	-	300.864	
Total	6.573.901	6.842.458	843.985	1.210.205	1.788.686	2.352.650	646.932	4.018.864	

d. Reclassificação de títulos e valores mobiliários: Com o objetivo de refletir a atual estratégia, no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, o Banco alterou a classificação Títulos e Valores Mobiliários, de Títulos Disponíveis para Venda, para Títulos para Negociação, no valor de R\$167.963 e resultado positivo de R\$49.810, líquido dos efeitos tributários. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, não foram realizadas reclassificações ou alterações nas intenções por parte da Administração. **9. Instrumentos financeiros derivativos:** O Banco participa ativamente de operações de intermediação de risco envolvendo instrumentos financeiros derivativos, atendendo às necessidades próprias e de seus clientes, no intuito de reduzir a exposição aos riscos de mercado, de moeda e de taxa de juros. Alguns instrumentos financeiros derivativos podem estar associados a operações com títulos e valores mobiliários ou, ainda, com direitos e obrigações. A administração dos riscos envolvidos nessas operações é efetuada por meio de políticas rígidas de controle, estabelecimento de estratégias, determinação de limites, entre outras técnicas de monitoramento. Os limites de exposição ao risco são aprovados pelo Conselho de Administração, com base nas políticas mencionadas anteriormente. As operações no Brasil são negociadas e registradas ou custodiadas na B3 S.A.. Quando são realizadas no exterior, em corretoras de primeira linha. O Grupo BTG Pactual utiliza diferentes instrumentos financeiros para hedge econômico, tais como, opção, termo, futuro e swap com ajustes periódicos. A utilização desses instrumentos tem o objetivo de constituir hedge das posições de tesouraria em mercados, visando adequar o nível de risco existente na carteira aos limites de exposição previstos, sempre que os Comitês/áreas de gestão e de monitoramento de riscos considerem necessários. **a. Registrados em contas de compensação e patrimoniais:** Os valores notionais das operações com instrumentos financeiros são registrados em contas de compensação e os ajustes/prêmios em contas patrimoniais. Nas posições assumidas decorrentes de operações com instrumentos financeiros derivativos, demonstradas a seguir, foram consideradas as disposições da Circular BACEN nº 3.641/2013, que prevê a exclusão dos contratos em moeda, em ouro e em outros ativos vinculados à exposição cambial, vencidos no primeiro dia útil subsequente à data da apuração da exposição cambial. As contas a receber e a pagar são apresentadas separadamente para os derivativos de Swap, *Non-Deliverable Forward* (NDF) e *Deliverable Forward* (DF) no quadro abaixo.

			31/12/2021		31/12/2020	
	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	Acima de 1 ano	Total	Total	
Mercado futuro						
Posição comprada	24.572.331	6.007.331	14.544.622	45.124.284	46.259.616	
Moeda	4.054.432	-	12.351	4.066.783	2.967.155	
Taxa de juros	20.295.773	4.564.583	10.212.243	35.072.599	42.436.104	
Índices	222.126	1.442.748	4.320.028	5.984.902	856.357	
Posição vendida	7.301.553	7.493.622	4.154.427	18.949.602	29.327.151	
Moeda	-	-	-	-	7.202.404	
Taxa de juros	7.266.106	7.493.622	3.951.259	18.710.987	22.041.879	
Índices	35.447	-	203.168	238.615	82.868	
Swap						
Posição ativa	49.716.428	10.080.954	503.423.544	563.220.926	509.010.400	
Moeda	14.518.625	753.439	245.800.886	261.072.950	222.427.424	
Taxa de juros	33.130.918	7.346.736	251.878.591	292.356.245	280.964.632	
Commodities	177.649	139.134	-	316.783	70.654	
Índices	844.961	645.913	3.660.197	5.151.071	262.708	
Ação	912.964	1.195.732	2.083.870	4.192.566	4.581.842	
Outros	131.311	-	-	131.311	703.140	
Posição passiva	49.716.428	10.080.954	503.423.544	563.220.926	509.010.400	
Moeda	16.382.166	1.624.472	212.561.598	230.568.236	199.611.006	
Taxa de juros	27.523.610	7.250.211	281.399.670	316.173.491	304.729.417	
Índices	706.226	198.952	6.344.171	7.249.349	1.023.134	
Commodities	630.469	102.860	-	733.329	2.659.110	
Ação	4.017.254	827.683	2.172.864	7.017.801	596.074	
Outros	456.703	76.776	945.211	1.478.720	391.659	
Derivativos de crédito						
Posição ativa	30.692	-	948.121	978.813	245.380	
Soberano	-	-	83.707	83.707	14.811	
Corporativo	30.692	-	864.414	895.106	230.569	
Posição passiva	30.692	-	292.580	323.272	531.197	
Soberano	-	-	13.868	13.868	26.295	
Corporativo	30.692	-	278.712	309.404	504.902	
Contratos a termo - NDF						
Posição ativa	96.687.708	32.729.058	26.659.775	156.076.541	111.529.822	
Moeda	93.221.639	28.809.588	12.197.095	134.228.322	103.012.402	
Commodities	3.466.069	3.919.470	14.462.680	21.848.219	8.517.420	
Posição passiva	96.687.708	32.729.058	26.659.775	156.076.541	111.529.822	
Moeda	93.221.639	28.809.588	12.197.095	134.228.322	103.012.402	
Commodities	3.466.069	3.919.470	14.462.680	21.848.219	8.517.420	
Operações a termo						
Posição ativa	-	-	-	-	503.190	
Taxa de juros	-	-	-	-	493.825	
Títulos Públicos	-	-	-	-	9.365	
Posição passiva	-	-	-	-	503.190	
Taxa de juros	-	-	-	-	9.365	
Títulos Públicos	-	-	-	-	493.825	
Opções						
Posição ativa	3.757.030	516.764	572.232	4.846.026	13.227.709	
Compra de opção de compra	343.363	98.516	3.355	445.234	878.014	
Ação	224.574	83.796	-	308.370	52.903	
Commodities	-	-	-	-	119.752	
Índices	3.189.093	334.452	568.877	4.092.422	12.177.040	
Moeda	4.045.734	493.855	272.514	4.812.103	274.795.366	
Compra de opção de venda	341.458	19.293	-	360.751	184.716	
Ação	47.164	-	-	47.164	182.976	
Commodities	-	-	-	-	257.294.489	
Índices	3.657.112	474.562	272.514	4.404.188	17.133.185	
Moeda	-	-	-	-	-	
Posição passiva	875.159	222.387	251.846	1.349.392	9.895.186	
Venda de opção de compra	346.879	21.050	1.246	369.175	637.213	
Ação	166.957	77.301	-	244.258	151.097	
Commodities	41	-	-	41	113.028	
Índices	361.282	124.036	250.600	735.918	8.993.848	
Moeda	564.062	69.534	52.008	685.604	271.375.176	
Venda de opção de venda	326.272	19.719	-	345.991	222.639	
Ação	47.639	-	-	47.639	486.359	
Commodities	-	-	-	-	257.260.966	
Índices	190.151	49.815	52.008	291.974	13.405.212	
Moeda	-	-	-	-	-	

b. Por valor de custo e mercado:

			31/12/2021		31/12/2020	
	Custo	Mercado	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	Acima de 1 ano	Total
Swaps						
Posição ativa	1.748.977	28.649.241	564.301	408.971	27.675.969	13.974.598
Posição passiva	2.090.353	36.545.904	731.767	1.365.426	34.448.711	23.841.304
Derivativos de crédito						
Posição ativa	-	31.517	85	-	31.432	16.307
Posição passiva	32.138	49.416	2.973	-	46.443	4.958
Contratos a termo - NDF						
Posição ativa	3.063.565	3.478.689	1.065.974	733.370	1.679.345	2.479.522
Posição passiva	2.720.904	2.927.558	1.396.917	706.596	824.045	2.731.852
Operações a termo						
Posição ativa	5.863	5.863	5.863	-	-	503.155
Posição passiva	5.545	5.545	5.545	-	-	503.152
Mercado de opções						
Posição ativa	1.914.627	2.137.411	1.312.743	237.726	586.942	2.192.704
Posição passiva	344.561	379.400	142.022	35.527	201.851	917.539
Posição ativa	12.590.652	34.302.721	2.948.966	1.380.067	29.973.688	19.166.286
Posição passiva	42.839.249	39.907.823	2.279.224	2.107.549	35.521.050	27.998.805

c. Valor nocional por contraparte:

			31/12/2021		31/12/2020	
	Câmara de liquidação/bolsa de valores	Instituições financeiras (I)	Empresas	Pessoas físicas	Total	Total
Mercado futuro						
Posição comprada	44.740.093	384.191	-	-	45.124.284	46.259.616
Posição vendida	18.534.777	414.825	-	-	18.949.602	29.327.151
Swap						
Posição ativa	15.596.052	536.694.533	10.659.525	270.816	563.220.926	509.010.400
Posição passiva	15.596.052	536.694.533	10.659.525	270.816	563.220.926	509.010.400
Derivativos de crédito						
Posição ativa	-	978.813	-	-	978.813	245.380
Posição passiva	-	323.272	-	-	323.272	531.

☆ continuação

BANCO BTG PACTUAL S.A. - NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS

administrativos de tributos federais, estaduais e municipais e são compostas por supostas obrigações legais e passivos contingentes. Sua constituição é baseada na opinião de consultores jurídicos externos e internos, considerando a instância em que se encontra cada um dos processos. **c. Composição e movimentação das provisões nos períodos:** A Administração do Banco está questionando a constituição legal de alguns procedimentos fiscais relacionados aos tributos federais, bem como participa de outros processos judiciais, fiscais e cíveis. A Administração do Banco, com base na opinião dos consultores legais, considera, para os processos judiciais em andamento, que as provisões para o risco de perdas em 31 de dezembro de 2021 são adequadas para cobrir eventuais pagamentos. As provisões constituídas e as respectivas movimentações podem ser assim demonstradas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020:

	2021		2020	
	Tributária (i)	Cível	Trabalhista	Total
Saldo no início do período	1.065.779	247	44.628	1.110.654
Constituição	33.591	25.124	—	58.715
Baixa/reversão	(10.818)	(63)	(9.882)	(20.763)
Saldo no final do período	1.088.552	25.308	34.746	1.148.606

(i) O Banco vem discutindo judicialmente a legalidade de alguns impostos e contribuições. Os valores referentes a obrigações legais e contingências avaliadas pelos advogados internos e externos como perda provável, estão provisionados no montante que a Administração julga adequados para cobrir perdas futuras. **i. Tributos com exigibilidade suspensa e outros passivos tributários:** O Banco vem discutindo judicialmente a legalidade de alguns impostos e contribuições. Os valores referentes a obrigações legais e contingências avaliadas pelos advogados internos e externos, como perda provável estão integralmente provisionados. E dentre as referidas discussões judiciais, destacamos o processo que envolve a legalidade da cobrança da COFINS de acordo com as regras estabelecidas na Lei 9.718/98. Em 31 de dezembro de 2021, o Banco figurava como parte em processos tributários com probabilidade de êxito possível, os quais não estão provisionados. A seguir a descrição dos processos relevantes. • Processos relativos ao pagamento de Participação nos Lucros e Resultados (PLR), em que se discute suposta incidência de contribuição previdenciária sobre os valores referentes à participação e a sua dedutibilidade da base de cálculo do IRPJ e CSLL. O valor envolvido é de R\$1.061 milhões. Parte desse valor conta com garantia por cláusula de indenização, uma vez que se refere a período anterior à aquisição do Banco pelos atuais controladores. • Processo relativo à desmutilização e ao IPO da Bovespa e da BM&F, em que se discute a tributação de PIS e Cofins sobre receitas auferidas na alienação das ações das referidas sociedades. O valor envolvido é de R\$68 milhões e conta também com garantia por cláusula de indenização, uma vez que se refere a período anterior à aquisição do Banco pelos atuais controladores. • Em dezembro de 2015, foi recebido auto de infração no valor de R\$ 1.893 milhões, referente aos anos de 2010 e 2011, no qual a repartição fiscal considerou indevido o aproveitamento do ágio gerado nas operações de aquisição do Banco pelo UBS, realizada em 2006, bem como na recompra do Banco pelo BTG, em 2009. Foi apresentada defesa contra esse auto no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais da Receita Federal do Brasil (CARF), que foi julgada parcialmente favorável para reduzir o valor autuado em R\$ 278 milhões. Contra a parte desfavorável, o Banco apresentou recurso, também ao CARF, o qual, em fevereiro de 2019, foi julgado procedente para o aproveitamento do ágio gerado na operação de aquisição do Banco pelo UBS. Contra essa decisão, foram interpostos recursos pela PGFN e pelo Banco. Em dezembro de 2017, foi recebido auto de infração no valor de R\$923 milhões, referente a 2012, em que foi considerado indevido o aproveitamento do ágio gerado nas operações de aquisição do Banco pelo UBS realizada em 2006, o ágio referente à recompra do Banco pelo BTG em 2009 e o ágio gerado na subscrição privada de ações realizada por investidores através da Companhia Copa Prince, em 2011. Em outubro de 2019, a segunda instância administrativa julgou parcialmente procedente para reconhecer o ágio gerado na subscrição privada de ações realizada por investidores por meio da Companhia Copa Prince. Contra essa decisão, foram interpostos recursos pelo Banco e pela PGFN. Em dezembro de 2018, foi recebido auto de infração no valor de R\$463 milhões, referente a 2013. Foi apresentada defesa contra essa autuação que aguarda decisão de segunda instância administrativa. Por fim, em fevereiro de 2019, foi recebido auto de infração no valor de R\$279 milhões, referente a 2014. Contra essa autuação foi apresentada defesa, que aguarda julgamento na segunda instância administrativa. O Banco não espera incorrer em qualquer perda (além das despesas do recurso) relacionada aos autos de infração, e não constituiu (e não espera ter de constituir) qualquer provisão em suas demonstrações contábeis. Além da avaliação quanto à improcedência dos autos de infração, caso o Banco venha a incorrer em perdas, a Administração acredita ter o direito de ser indenizado por sua controladora por parte dessas perdas. Dessa forma, em nenhum caso o BTG Pactual espera incorrer em qualquer perda material relacionada a esse assunto. • Em dezembro de 2017, o Banco recebeu auto de infração em que se discute uma suposta insuficiência de recolhimento de PIS e COFINS e impõe multa isolada, referente a 2012, no valor de R\$204 milhões. Contra a autuação, foi apresentado recurso administrativo, que foi julgado parcialmente procedente para excluir a multa isolada. Contra a parte desfavorável da decisão, foi interposto recurso para a segunda instância administrativa. • Em dezembro de 2017, na qualidade de responsável solidário pelo Banco Pan S.A., o Banco recebeu auto de infração de IRRF supostamente devido na alienação de investimento no Brasil por ente estrangeiro, referente ao ano de 2012, no valor de R\$80 milhões. Contra a autuação, foi apresentado recurso administrativo, que aguarda julgamento na segunda instância administrativa. • Em dezembro de 2017, o Banco recebeu auto de infração que visa à cobrança de Imposto de Renda sobre o suposto ganho de capital na incorporação de sociedades, ocasião em que a One Properties foi incorporada pela BR Properties, no valor de R\$1.155 milhões. Contra a autuação, foi apresentado recurso administrativo, que aguarda julgamento na segunda instância administrativa. • Em dezembro de 2018, o Banco teve ciência da não homologação da compensação de saldo negativo de IRPJ, referente a 2013, no valor de R\$73 milhões. Em junho de 2019 foi proferida decisão desfavorável na primeira instância administrativa. Contra essa decisão foi apresentado recurso, que aguarda julgamento na segunda instância administrativa. • Em setembro de 2019, na condição de responsável solidário do Banco Sistema, o Banco recebeu auto de infração que visa à cobrança de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS, totalizando R\$3.617 milhões, referente à aquisição do Banco Bamerindus do Brasil (atual Banco Sistema) em 2014. Em outubro de 2019, foi apresentada defesa em primeira instância administrativa que, em abril de 2020, foi julgada parcialmente procedente, reduzindo em 98% o valor da autuação. Contra a parte desfavorável da decisão, foi interposto recurso para a segunda instância administrativa. Em razão do prognóstico atribuído pelos advogados, o Banco não constituiu qualquer provisão em suas demonstrações contábeis individuais. Além disso, a Administração não espera incorrer em qualquer perda relacionada ao tema. • Em março de 2020, o Banco recebeu auto de infração que visa à cobrança de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS sobre o ganho de capital na venda das ações da Rede D'or, em 2015, no valor de R\$600 milhões. Em setembro de 2020, foi proferida decisão desfavorável em primeira instância administrativa. Contra essa decisão, foi apresentado recurso para a segunda instância administrativa. • Em julho de 2021, na condição de responsável solidário, o Banco recebeu auto de infração de IRRF supostamente devido sobre os rendimentos distribuídos a cotistas de fundo de investimento, no valor de R\$353 milhões. Contra a autuação, foi apresentado recurso administrativo que aguarda julgamento. • Em dezembro de 2021, o Banco recebeu auto de infração que visa à cobrança de IRPJ/CSLL, no valor de 96 milhões, decorrente de suposto erro formal no preenchimento de sua ECF no ano de 2016. Contra a autuação, foi apresentado recurso administrativo que aguarda julgamento. **ii. Outros passivos contingentes:** Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o Banco figurava como parte em processos cíveis, trabalhistas e outras contingências, com probabilidade de êxito possível, razão pela qual não estão provisionados. **18. Imposto de renda e contribuição social:** A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro com o produto da alíquota fiscal sobre o lucro antes do imposto de renda e da contribuição social é demonstrada como se segue:

	31/12/2021		31/12/2020	
	2º semestre	Exercício	Exercício	
Base de cálculo	3.339.728	7.687.337	1.767.993	
Resultado antes da tributação e participações	3.862.254	8.816.136	2.388.120	
Participações estatutárias sobre o lucro	(522.526)	(1.128.799)	(620.127)	
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	(1.502.877)	(3.459.302)	(813.662)	
(Inclusões)/exclusões no cálculo da tributação	1.294.611	3.251.036	669.969	
Resultado de equivalência patrimonial	747.487	1.335.458	1.330.075	
Ganho/(Perda) cambial sobre investimentos no exterior	(82.782)	(8.575)	—	
Juros sobre capital próprio	357.457	610.807	483.300	
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(140.726)	114.639	(74.411)	
Dividendos	47.488	59.988	60.131	
Resultado da avaliação a mercado de títulos e instrumentos financeiros derivativos	113.409	1.277.181	(1.050.130)	
Outras despesas indevidas líquidas de receitas tributárias	252.278	(138.462)	(79.096)	
Receita/(despesa) de imposto de renda e contribuição social	(208.266)	(208.266)	(143.793)	
Receita/(despesa) de ativos fiscais diferidos	(12.615)	(1.184.594)	1.655.925	
Total de receita/(despesa)	(220.881)	(1.392.860)	1.512.132	

O imposto de renda e a contribuição social diferidos estão constituídos e registrados de acordo com os critérios estabelecidos pela Circular BACEN nº 4.842/2020, levando em consideração o período de realização. A movimentação dos ativos fiscais diferidos, podem ser assim demonstrados:

	31/12/2020		31/12/2021	
	Constituição	Realização	Constituição	Realização
Prejuízos fiscais de IR e base negativa de CSLL	495.539	—	(8.260)	487.279
Juros sobre capital próprio	253.350	—	(141.279)	112.071
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.857.954	—	(1.299.966)	557.988
Ajuste a valor de mercado de títulos e derivativos	2.835.181	—	(430)	2.834.751
Contingências fiscais e provisões para tributos com exibibilidade suspensa	237.255	663.750	(662.850)	238.155
Outras diferenças temporárias	397.607	303.490	—	701.097
Total	6.076.886	967.240	(2.112.785)	4.931.341
Imposto de renda e contribuição social	31/12/2019	Constituição	Realização	31/12/2020
Prejuízos fiscais de IR e base negativa de CSLL	960.284	—	(464.745)	495.539
Juros sobre capital próprio	243.450	493.200	(483.300)	253.350
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	899.018	973.568	(14.632)	1.857.954
Ajuste a valor de mercado de títulos e derivativos	1.681.637	1.153.544	—	2.835.181
Contingências fiscais e provisões para tributos com exibibilidade suspensa	233.236	4.019	—	237.255
Outras diferenças temporárias	322.480	(4.121)	79.248	397.607
Total	4.340.105	2.620.210	(883.429)	6.076.886

A seguir, é apresentada a composição do valor presente dos créditos tributários, tendo em vista a expectativa para a realização dos ativos fiscais diferidos:

Descrição	Créditos tributários sobre diferenças temporárias			Prejuízo e base negativa	Total
	2022	2023	2024		
2022	1.461.329	—	—	39.857	1.501.186
2023	693.028	—	—	35.454	728.482
2024	693.028	—	—	53.219	746.247
2025	563.805	—	—	57.952	621.757
A partir de 2026	1.032.871	—	—	300.798	1.333.669
Total	4.444.061	—	—	487.280	4.931.341
Valor presente	3.251.930	—	—	267.050	3.518.980

A rubrica ativos fiscais diferidos possui créditos tributários, que se referem a PIS e COFINS diferidos no montante de R\$288.899 (31 de dezembro de 2020 - R\$437.419). O Banco possui obrigações fiscais diferidas no montante de R\$1.256 (31 de dezembro de 2020 - R\$1.509). Em 13 de novembro de 2019 foi publicada Emenda Constitucional nº 103, que dispõe sobre a majoração da alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido dos bancos, de 15% para 20%, a partir de 1º de março de 2020. Em 1º de março de 2021, foi aprovada a Medida Provisória Nº 1.034 pela qual passam a vigorar novas alíquotas de CSLL. Nessa MP, foi definida a alíquota de 25% até 31 de dezembro de 2021 e 20% a partir do dia 1º de janeiro de 2022. Os efeitos desta majoração nas demonstrações contábeis do exercício de 2021 foram irrelevantes.

19. Patrimônio líquido: a. Capital social e reserva de capital: Em 31 de dezembro de 2021, o capital social, totalmente subscrito e integralizado, é composto por 11.506.119.928 ações (31 de dezembro de 2020 - 2.712.706.972), sendo 7.244.165.568 ações ordinárias (31 de dezembro de 2020 - 1.756.433.722), 2.864.529.000 ações preferenciais classe A (31 de dezembro de 2020 - 606.916.910) e 1.397.425.360 ações preferenciais classe B (31 de dezembro de 2020 - 349.356.340), todas nominativas e sem valor nominal. Em assembleia geral extraordinária realizada em 4 de novembro de 2021, foi aprovado o aumento de capital em decorrência da incorporação da Holding Unversa, no valor de R\$250.000 mediante a emissão de 29.134.704 novas ações, sendo 9.711.568 ações ordinárias e 19.423.136 ações preferenciais classe A, todas escriturais e sem valor nominal de emissão da Companhia, representadas por 9.711.568 certificados de valores mobiliários (unidades) de emissão do BTG. Conforme descrito na nota 2, em 28 de maio de 2021, o Banco realizou oferta pública primária com esforços restritos de distribuição de 24.402.000 unidades, compreendendo 24.402.000 ações ordinárias e 48.804.000 ações preferenciais. Conforme descrito na nota 2, em 13 de janeiro de 2021, o Banco realizou oferta pública primária com esforços restritos de distribuição de 27.777.778 unidades, compreendendo 27.777.778 ações ordinárias e 55.555.556 ações preferenciais. Também conforme descrito na nota 2, em 29 de junho de 2020, o Banco realizou oferta pública primária com esforços restritos de distribuição de 35.625.000 unidades, compreendendo 35.625.000 ações ordinárias e 71.250.000 ações preferenciais. As ações ordinárias propiciam aos respectivos detentores o direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral e participam, em igualdade de condições com as ações preferenciais Classe A e as ações preferenciais Classe B, na distribuição dos lucros. Os titulares das ações preferenciais Classe A e B não terão direito a voto, mas terão prioridade no reembolso de capital, sem prêmio, e participarão, em igualdade de condições com as ações ordinárias, na distribuição de lucros. As ações preferenciais Classe A conferem aos respectivos titulares direito de serem incluídos em oferta pública de aquisição em decorrência de eventual alienação de controle do Banco, sendo a oferta também assegurada o recebimento de valor por ação no mínimo igual a 80% (oitenta por cento) do valor pago por ação ordinária integrante do bloco de controle. As ações preferenciais Classe B serão conversíveis em ações ordinárias mediante simples pedido por escrito de seu titular ou do Banco, sem a necessidade de deliberação e reunião de conselho ou de acionistas, desde que (i) tal conversão ocorra por ocasião da emissão de novas ações pelo Banco, dentro ou não do limite do capital autorizado (salvo se o acionista a converter seja BTG Pactual Holding S.A.) (ii) após a conversão, BTG Pactual Holding S.A. (ou a sociedade que venha a lhe suceder a qualquer título, inclusive por força de incorporação, fusão, cisão ou outro tipo de reorganização societária) continue detendo, direta ou indiretamente, mais que 50% das ações ordinárias de emissão do Banco e (iii) seja sempre observado acordo de acionistas do Banco. Essas ações serão conversíveis em ações preferenciais Classe A, a pedido de seu titular, e desde que (i) o Banco seja uma companhia aberta com suas ações listadas em bolsa de valores e (ii) seja sempre observado o acordo de acionistas do Banco. **b. Ações em tesouraria:** No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, o Banco não realizou recompra de unidades (31 de dezembro de 2020 - R\$92.712 equivalentes a 3.378.900 unidades). Tampouco, nesse período, houve cancelamento de unidades (em 31 de dezembro de 2020 - R\$258.496 equivalentes a 10.468.200 unidades). Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o Banco não dispunha de ações em

CNPJ (MF) nº 30.306.294/0001-45

- 31 DE DEZEMBRO DE 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado)

tesouraria. **c. Reserva legal:** Constituída semestralmente à alíquota de 5% do lucro líquido do exercício/semestre, antes de qualquer outra destinação, limitada a 20% do capital social. **d. Reserva estatutária:** De acordo com o Estatuto, essa reserva tem por finalidade a manutenção de capital de giro, e seu montante está limitado ao saldo do capital social. **e. Reserva de lucros a realizar:** Constituída em função do resultado não distribuído apurado em agência no exterior. **f. Distribuição de lucros:** Os acionistas têm direito a dividendos mínimos no limite de 1% do lucro líquido do exercício ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, o Banco deliberou os seguintes montantes referentes a juros sobre capital próprio: (i) R\$650.000, equivalentes a R\$0,06 por ação. O referido valor e a respectiva destinação foram aprovados pelo Conselho de Administração em 2 de agosto de 2021, e foram pagos em 12 de agosto de 2021. (ii) R\$260.000, equivalentes a R\$0,02 por ação. O referido valor e a respectiva destinação foram aprovados pelo Conselho de Administração em 15 de dezembro de 2021, e serão pagos em 06 de janeiro de 2022. (iii) R\$565.000, equivalentes a R\$0,05 por ação. O referido valor e a respectiva destinação foram aprovados pelo Conselho de Administração em 30 de dezembro de 2021, e serão pagos em 15 de fevereiro de 2022. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, o Banco provisionou R\$1.096.000, referentes a juros sobre capital próprio, equivalentes a R\$0,11 por ação. O referido valor e a respectiva destinação foram aprovados pelo Conselho de Administração em 17 de julho de 2020, e foram pagos em 05 de fevereiro de 2021.

20. Receitas de prestação de serviços:

	2021	2020	
2º semestre	Exercício	Exercício	
Taxa de administração e prêmio de performance de fundos e carteiras de investimentos	215.086	401.309	250.576
Assessoria técnica	501.285	871.585	412.565
Comissão de colocação de títulos	740.758	1.475.046	1.089.116
Rendas de garantias prestadas	223.292	424.414	387.934
Outros serviços	93.091	157.337	66.413
Total	1.773.494	3.329.691	2.206.604

21. Outros resultados operacionais:

	2021	2020	
2º semestre	Exercício	Exercício	
Variação cambial	46.259	(83.187)	(461.039)
Atualização de valores a receber por venda de bens e direitos	200.947	355.708	272.977
Reversão de provisões	—	—	37.612
Despesa com correção monetária	17.682	14.760	(5.989)
Provisão para outros créditos sem características de crédito	14.715	(27.948)	(11.905)
Resultado na alienação de operações de crédito	(20.898)	(637.753)	(12.861)
Outras receitas/despesas operacionais	(182.252)	(168.388)	13.601
Total	76.453	(546.808)	(167.604)

22. Outras despesas administrativas:

	2021	2020	
2º semestre	Exercício	Exercício	
Serviços de terceiros e consultorias	511.359	973.932	460.630
Telecomunicações e processamento de dados	376.090	614.159	334.539
Locações e condomínios	37.749	78.556	69.671
Despesas do sistema financeiro	38.168	83.381	92.915
Propaganda e relações públicas	63.826	104.560	83.065
Amortização e depreciação	15.853	28.467	47.076
Reembolso a subsidiárias	173.047	173.047	—
Outros	68.117	95.557	27.494
Total	1.284.209	2.151.659	1.115.390

23. Despesas tributárias:

	2021	2020	
2º semestre	Exercício	Exercício	
PIS/COFINS	146.796	381.464	(80.871)
ISS	83.174	151.685	97.071
ICMS	26.922	37.160	13.534
Outros	3.974	8.312	11.074
Total	260.866	578.621	40.808

24. Partes relacionadas: As instituições integrantes do Grupo BTG Pactual investem suas disponibilidades, primordialmente, em produtos de captação do Banco. Os saldos das operações com partes relacionadas, as quais são efetuadas com base em taxas e em condições usuais de mercado, bem como nos limites regulamentares, estão refletidos nas seguintes contas:

	Controladores (i) Controle conjunto e coligadas		Total	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Ativo				
Aplicações interfinanceiras de liquidez	—	—	8.441.080	502.285
Instrumentos financeiros derivativos	—	—	53.430.977	30.229.604
Operações de crédito	4.427.603	4.296.749	496.587	1.227.769
Carteira de câmbio	—	—	29.021	—
Rendas a receber	—	—	801.884	—
Negociação e intermediação de valores	—	—	487.618	—
Diversos	—	—	7.024.614	6.939.679
Passivo				
Depósitos	(53.075)	(135.247)	(8.193.268)	(6.812.670)
Captações no mercado aberto	—	—	(2.969.708)	(3.443.615)
Recursos de aceites e emissão de títulos	—	—	(3.514.229)	—
Instrumentos financeiros derivativos	—	—	(34.739.572)	(21.551.503)
Carteira de câmbio	—	—	—	(29.144)
Negociação e intermediação de valores	—	—	(169.922)	—
Diversas	—	—	(25.240.431)	(1.489.716)
Total	—	—	(25.240.431)	(1.489.716)
Controladores	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Resultado do período				
Receitas de intermediação financeira	—	—	57.518	115.828
Despesas de intermediação financeira	(642)	(3.037)	(259.548)	(520.352)
Outras receitas (despesas) operacionais	—	34.383	(1.893.969)	5.377
Total	—	—	(1.893.969)	(414.147)

(i) Inclui pessoas físicas. A remuneração total paga ao pessoal chave da Administração referente ao exercício findo em 3

Rio de Janeiro

→ continuação

Aos Administradores e Acionistas **Banco BTG Pactual S.A. - Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis do Banco BTG Pactual S.A. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco BTG Pactual S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais Assuntos de Auditoria:** Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do período corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Porque é um PAA - Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria - Mensuração do valor justo de instrumentos financeiros derivativos:** Conforme divulgado nas notas 4(d), 4(e), 4(f) e 9, a mensuração do valor justo de instrumentos financeiros derivativos é uma área que inclui subjetividade, uma vez que depende de técnicas de avaliação realizadas com base em modelos internos e que envolvem premissas da administração para valorização de instrumentos e/ou dados observáveis. Consideramos essa área como foco em nossa auditoria uma vez que o uso de diferentes técnicas de avaliação e premissas podem produzir estimativas de valor justo significativamente diferentes e devido à relevância dos instrumentos financeiros derivativos no contexto das demonstrações contábeis. Nossos principais procedimentos de auditoria consideraram, entre outros, o nosso entendimento dos principais processos que envolvem a mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos relacionados à: (i) registro e confirmação dos dados das operações, (ii) critérios para a mensuração do valor justo e (iii) reconciliação dos saldos contábeis com os relatórios analíticos para os saldos patrimoniais e de resultado. Efetuamos, também, (i) teste sobre a totalidade e integridade da base de dados extraída dos sistemas subjacentes que servem de base para a mensuração do valor justo, e (ii) performance independente, em base amostral, dos cálculos de mensuração dos instrumentos financeiros derivativos com o apoio de nossos especialistas em precificação de instrumentos financeiros e de acordo com os requerimentos das normas do Banco Central do Brasil (BACEN). Consideramos que os critérios adotados pela administração na mensuração do valor justo desses instrumentos financeiros estão consistentes com as informações analisadas em nossa auditoria. **Mensuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito:** Conforme divulgado nas notas 4(i) e 10, a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito é estimada com base na análise das operações e dos riscos específicos apresentados em cada carteira, levando em consideração a classificação de risco do cliente, em função da análise periódica da qualidade do cliente e dos setores de atividade, de acordo com os critérios estabelecidos pela Resolução CMC nº 2.682/99. Essa é uma área que foi definida como foco de auditoria, pois aplicação de diferentes critérios e julgamento na mensuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito poderia resultar em variações significativas na estimativa dessa provisão. Nossos procedimentos consideraram, entre outros, o nosso entendimento dos principais processos relacionados à: (i) concessão de crédito, (ii) operações renegociadas, (iii) atribuição de nível de risco e (iv) reconciliação dos saldos contábeis com os relatórios auxiliares. Efetuamos, também, (i) análise, em base amostral, dos critérios descritos em política e sua consistência com os utilizados pela administração para determinação do risco de crédito das operações, (ii) recálculo das provisões com base na classificação de risco e no atraso das operações; e (iii) teste sobre a totalidade e integridade da base de dados extraída

BANCO BTG PACTUAL S.A. - CNPJ (MF) nº 30.306.294/0001-45**RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

dos sistemas subjacentes que servem de base para a apuração da provisão. Consideramos os critérios adotados pela administração para a mensuração e registro contábil da provisão para perdas associadas ao risco de crédito são consistentes com as informações analisadas em nossa auditoria. **Créditos tributários em controlada:** Conforme divulgado nas notas 4(r) e 13, o Banco Pan S.A. e suas controladas, controlada indireta da Instituição, cuja participação total é de aproximadamente 71,7% e é avaliada pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações contábeis, apresenta créditos tributários no total de R\$ 3,5 bilhões, provenientes de adições temporárias nas bases de cálculo do Imposto de Renda - Pessoa Jurídica e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido e prejuízos fiscais e bases de cálculo negativas, reconhecidos com base em projeção de lucros tributários para a realização desses créditos tributários. Essa projeção, preparada a partir de estudo do cenário atual e futuro pela administração do Banco, envolve julgamentos e premissas subjetivas. Consideramos essa uma área de foco de auditoria, pois a utilização de diferentes premissas na projeção do lucro tributário poderia modificar significativamente os prazos e valores previstos para realização dos créditos tributários, bem como deixar de atender aos requisitos do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil para registro e manutenção desses ativos nas demonstrações contábeis. Nossos principais procedimentos de auditoria consideraram o entendimento dos processos de apuração e registro nos termos das normas fiscais e contábeis relacionadas aos créditos tributários incluindo os requisitos específicos do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil, bem como o entendimento das premissas relevantes estabelecidas pela administração para a estimativa de projeção de lucros tributários para realização dos créditos tributários. Comparamos as premissas utilizadas pelo Banco Pan S.A. e suas controladas para projeção de lucros tributários com as projeções orçamentárias aprovadas pelo seu Conselho de Administração e com as projeções macroeconômicas divulgadas no mercado, bem como analisamos os dados históricos para corroborar a consistência dessas estimativas de realização. Consideramos que as premissas e critérios adotados pela administração são consistentes em relação ao registro, manutenção e realização do crédito tributário. **Outros assuntos - Demonstração do Valor Adicionado:** A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaborada sob a responsabilidade da administração da Instituição e apresentada como informação suplementar para fins do Banco Central do Brasil, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Instituição. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. **Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior:** O exame das demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria em 9 de fevereiro de 2021, sem ressalvas. **Demonstrações contábeis consolidadas:** A Instituição elaborou um conjunto completo de demonstrações contábeis consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil apresentadas separadamente, sobre as quais emitimos relatório de auditoria independente separado, sem modificação, com data de 16 de fevereiro de 2022. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações

contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se essas demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações contábeis das controladas e coligadas para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis da Instituição. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria considerando essas investidas e, consequentemente, pela opinião de auditoria da Instituição. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do período corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.



São Paulo, 16 de fevereiro de 2022

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP00160/O-5**Edison Arisa Pereira**
Contador - CRC 1SP127241/O-0**NOVA TRANSPORTADORA DO SUDESTE S.A. - NTS**

CNPJ nº 04.992.714/0001-84 - NIRE: 33.3.0026999-1
ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 23 DE DEZEMBRO DE 2021. 1. Data, Hora e Local: No dia 23 de dezembro de 2021, às 11 horas, na sede social da Nova Transportadora do Sudeste S.A. - NTS ("Companhia"), na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Praia do Flamengo, 200, 23º andar, Flamengo, CEP 22210-901. **2. Convocação:** Dispensada a convocação prévia em virtude da presença da totalidade dos acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, nos termos do art. 23, *caput*, do Estatuto Social da Companhia e do art. 124, §4º, da Lei nº 6.404 de 1976. **3. Presença:** Presentes os acionistas representando a totalidade do capital social com direito a voto da Companhia, conforme assinaturas constantes do "Livro de Presença de Acionistas" da Companhia. **4. Mesa:** Os trabalhos foram presididos pelo Sr. Marcos Pinto Almeida e secretariados pelo Sr. Fernando Ziziotti. **5. Ordem do Dia:** Reunir-se os acionistas da Companhia para examinar, discutir e votar a respeito da alteração da data dos efeitos da eleição de membro do Conselho de Administração da Companhia. **6. Deliberações:** Instalada a assembleia, após análise e discussão da ordem do dia, os acionistas presentes deliberaram, por unanimidade de votos, aprovar que a eleição do Sr. **Wong Loon**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 5418286-4, expedida pela SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 762.567.158-53, com endereço comercial na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Praia do Flamengo, nº 200, 23º andar, CEP 22210-901, como membro efetivo do Conselho de Administração da Companhia, conforme deliberada em ata da Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 3 de dezembro de 2021, passarão a ter efeitos a partir de 1 de fevereiro de 2022, e não mais a partir de 3 de janeiro de 2022, mediante a assinatura do respectivo termo de posse em 1 de fevereiro de 2022, acompanhado da declaração de desimpedimento mencionada no artigo 147, § 4º, da Lei das S.A., e no art. 2º c/c art. 4º da Instrução CVM 367/2002, a ser lavrado em livro próprio, com prazo de gestão que se encerrará em 21 de abril de 2022. **0. Sr. Wong Loon** fará jus à remuneração pelo exercício do cargo ao qual foi eleito, observada a remuneração global da administração anual dos membros da administração da Companhia, aprovada na Assembleia Geral Ordinária da Companhia realizada em 22 de abril de 2021, incluindo sua participação em comitês técnicos ou administrativos da Companhia, atuais ou futuros. **7. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a assembleia, da qual se lavrou a presente ata que, após lida, foi achada conforme e assinada. **Mesa:** Marcos Pinto Almeida - Presidente; Fernando Ziziotti - Secretário. **Acionistas:** Nova Infraestrutura Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia; Itaúsa S.A.; e Nova Infraestrutura Gasodutos Participações S.A. - Rio de Janeiro, 23 de dezembro de 2021. **Mesa:** Marcos Pinto Almeida - Presidente; Fernando Ziziotti - Secretário. **Jucerja nº 4711068 em 11/01/2022.**

NOVA TRANSPORTADORA DO SUDESTE S.A. - NTS

CNPJ 04.992.714/0001-84 - NIRE 33.3.0026999-1
Extrato de Ata da Reunião Extraordinária do Conselho de Administração realizada em 16 de dezembro de 2021. 1. Local e Hora: a reunião foi realizada por meio de conferência telefônica, às 17 horas, na forma do Parágrafo 4º do Artigo 12 do Estatuto Social da Companhia. **2. Mesa:** Sr. Marcos Pinto Almeida, Presidente; e Sr. Fernando Ziziotti, Secretário. **3. Convocação e Presença:** a convocação da Reunião foi realizada na forma do Parágrafo 1º do Artigo 12 do Estatuto Social da Companhia. Participaram da conferência telefônica a maioria dos membros do Conselho de Administração, bem como o membro do Conselho Fiscal da Companhia, Marcelo Del Raso Alvarado Davis, em atendimento ao art. 163, §3º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A."). **4. Deliberações:** os membros participantes decidiram, por unanimidade de votos, conforme material de suporte enviado aos Conselheiros e arquivado na sede da Companhia: (a) **aprovar** a outorga de garantia fidejussória pela Companhia referente à contratação de um ou mais empréstimos em moeda estrangeira pela Nova Infraestrutura Gasodutos Participações S.A. ("NISA"), que totalizará o valor de até US\$ 550.000.000,00 (quinhentos e cinquenta milhões de dólares norte-americanos), a serem convertidos para moeda corrente nacional através de operação(ões) de derivativo(s) mencionada(s) no item (b) abaixo, com prazo de vencimento de até 5 (cinco) anos, mediante a emissão de notas promissórias no valor equivalente a até 120% (cento e vinte por cento) do valor dos respectivos empréstimos, de acordo com as diretrizes e condições específicas da proposta apresentada pela Administração aos Conselheiros e que fica arquivada na sede da Companhia; (b) **aprovar** a outorga de garantia fidejussória pela Companhia referente à contratação, pela NISA, de uma ou mais operações de derivativos de acordo com montante equivalente e demais termos da contratação de empréstimos em moeda estrangeira a serem celebrados conforme item (a), acima; e (c) **autorizar** que os Diretores da Companhia realizem todos os atos necessários à efetivação da deliberação anteriormente mencionada. **5. Lavratura e Leitura da Ata:** o Presidente declarou suspensos os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura da presente Ata, a qual, após lida, foi considerada conforme. **6. Conselheiros Presentes:** Marcos Pinto Almeida, Fernando Ziziotti, Carlos David Castro, Guilherme Teixeira Caieta, Paraskevas Fronimos, Tao Mi, Bruno Henrique Lopez Lima e Frederico Pascowitch. Rio de Janeiro, 16 de dezembro de 2021. **Marcos Pinto Almeida** - Presidente; **Fernando Ziziotti** - Secretário. **Jucerja nº 4731510 em 19/01/2022.**

NOVA TRANSPORTADORA DO SUDESTE S.A. - NTS

CNPJ 04.992.714/0001-84 - NIRE 33.3.0026999-1
Extrato de Ata da Reunião Extraordinária do Conselho de Administração realizada em 23 de dezembro de 2021. 1. Local e Hora: a reunião foi realizada por meio de conferência telefônica, às 10 horas, na forma do Parágrafo 4º do Artigo 12 do Estatuto Social da Companhia. **2. Mesa:** Sr. Marcos Pinto Almeida, Presidente; e Sr. Fernando Ziziotti, Secretário. **3. Convocação e Presença:** a convocação da Reunião foi realizada na forma do Parágrafo 1º do Artigo 12 do Estatuto Social da Companhia. Participou da conferência telefônica a maioria dos membros do Conselho de Administração. **4. Deliberações:** os membros participantes decidiram, por unanimidade de votos: (a) **tomar ciência** que a renúncia do Sr. **Wong Loon**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 5418286-4, expedida pela SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 762.567.158-53, com endereço comercial na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Praia do Flamengo, nº 200, 23º andar, CEP 22210-901, aos cargos cumulados de Diretor Presidente e Diretor de Operações da Companhia, conforme consignada em ata da Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 3 de dezembro de 2021 ("RCA 03.12.21"), passará a ter efeitos a partir de 1º de janeiro de 2022, e não mais a partir de 3 de janeiro de 2022; (b) **aprovar**, em virtude da nova data dos efeitos da renúncia apresentada pelo Sr. Wong Loon, que a eleição do Sr. **Erick Portela Pettendorfer**, brasileiro, casado, engenheiro de equipamentos sênior, portador da Cédula de Identidade nº 09171494-9, expedida pelo Detran-RJ, inscrito no CPF sob o nº 042.937.767-37, com endereço comercial na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Praia do Flamengo, nº 200, 23º andar, CEP 22210-901, para o cargo de Diretor Presidente da Companhia, conforme deliberada e aprovada na RCA 03.12.21, passará a produzir efeitos a partir de 1º de janeiro de 2022, e não mais a partir de 3 de janeiro de 2022, mediante a assinatura do seu respectivo termo de posse, acompanhado da declaração de desimpedimento mencionada no artigo 147, § 4º, da Lei das S.A., e no art. 2º c/c art. 4º da Instrução CVM 367/2002, a serem lavrados em livro próprio, até o restante do mandato dos demais membros da Diretoria da Companhia, a encerrar-se em 4 de abril de 2023; (c) **aprovar** a eleição do Sr. **Erick Portela Pettendorfer**, acima qualificado, para o cargo de Diretor de Operações da Companhia, com efeitos a partir do dia 1º de janeiro de 2022, até o restante do mandato dos demais membros da Diretoria da Companhia, a encerrar-se em 4 de abril de 2023. Com base nas informações recebidas pela administração da Companhia, o Diretor de Operações ora indicado está em condições de firmar, sem qualquer ressalva, a declaração de desimpedimento mencionada no artigo 147, § 4º, da Lei das S.A., e no art. 2º c/c art. 4º da Instrução CVM 367/2002 e tomará posse de seu cargo em 1º de janeiro de 2022, data em que a eleição ora aprovada passará a produzir efeitos, mediante a assinatura do termo de posse, acompanhado da mencionada declaração, a serem lavrados em livro próprio; e (d) **autorizar** que os Diretores da Companhia realizem todos os atos necessários à efetivação das deliberações anteriores. **5. Lavratura e Leitura da Ata:** o Presidente declarou suspensos os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura da presente Ata, a qual, após lida, foi considerada conforme. **6. Conselheiros Presentes:** Marcos Pinto Almeida, Fernando Ziziotti, Carlos David Castro, Guilherme Teixeira Caieta, Paraskevas Fronimos, Tao Mi, Bruno Henrique Lopez Lima e Henri Penchas. Rio de Janeiro, 23 de dezembro de 2021. **Marcos Pinto Almeida** - Presidente; **Fernando Ziziotti** - Secretário. **Jucerja nº 4704945 em 10/01/2022.**

NOVA TRANSPORTADORA DO SUDESTE S.A. - NTS

CNPJ nº 04.992.714/0001-84 - NIRE: 33.3.0026999-1
ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 3 DE DEZEMBRO DE 2021. 1. Data, Hora e Local: No dia 3 de dezembro de 2021, às 11 horas, na sede social da Nova Transportadora do Sudeste S.A. - NTS ("Companhia"), na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Praia do Flamengo, 200, 23º andar, Flamengo, CEP 22210-901. **2. Convocação:** Dispensada a convocação prévia em virtude da presença da totalidade dos acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, nos termos do art. 23, *caput*, do Estatuto Social da Companhia e do art. 124, §4º, da Lei nº 6.404 de 1976. **3. Presença:** Presentes os acionistas representando a totalidade do capital social com direito a voto da Companhia, conforme assinaturas constantes do "Livro de Presença de Acionistas" da Companhia. **4. Mesa:** Os trabalhos foram presididos pelo Sr. Marcos Pinto Almeida e secretariados pelo Sr. Fernando Ziziotti. **5. Ordem do Dia:** Reunir-se os acionistas da Companhia para examinar, discutir e votar a respeito da eleição de novo membro do Conselho de Administração da Companhia. **6. Deliberações:** Instalada a assembleia, após análise e discussão da ordem do dia, os acionistas presentes deliberaram, por unanimidade de votos, aprovar a eleição de novo membro efetivo para compor o Conselho de Administração, com efeitos a partir do dia 3 de janeiro de 2022. **Sr. Wong Loon**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 5418286-4, expedida pela SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 762.567.158-53, com endereço comercial na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Praia do Flamengo, nº 200, 23º andar, CEP 22210-901, por um prazo de gestão que se encerrará em 21 de abril de 2022. **6.1.** Com base nas informações recebidas pela administração da Companhia, nos termos da legislação aplicável, foi informado aos acionistas que o membro efetivo do Conselho de Administração ora eleito está em condições de firmar, sem qualquer ressalva, a declaração de desimpedimento mencionada no artigo 147, § 4º, da Lei das S.A. e no artigo 2º da Instrução CVM nº 367/2002. **6.2.** Consignam os acionistas que o membro efetivo do Conselho de Administração ora eleito tomará posse de seu cargo em 3 de janeiro de 2022, data em que a eleição ora aprovada passará a produzir efeitos, mediante a assinatura do seu termo de posse, acompanhado da mencionada declaração, a serem lavrados em livro próprio, que ficarão arquivadas na sede da Companhia. **7. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a assembleia, da qual se lavrou a presente ata que, após lida, foi achada conforme e assinada. **Mesa:** Marcos Pinto Almeida - Presidente; Fernando Ziziotti - Secretário. **Acionistas:** Nova Infraestrutura Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia; Itaúsa S.A.; e Nova Infraestrutura Gasodutos Participações S.A. - Rio de Janeiro, 3 de dezembro de 2021. **Mesa:** Marcos Pinto Almeida - Presidente; Fernando Ziziotti - Secretário. **Jucerja nº 4679314 em 03/01/2022.**

TEGRA ENGENHARIA S.A.

CNPJ/ME nº 04.580.927/0001-07 - NIRE nº 3330026868-5
ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 08 DE FEVEREIRO DE 2022
Data, Local e Hora: Aos 08 dias do mês de fevereiro de 2022, às 16:00 horas, na sede social da Companhia localizada na Avenida Almirante Júlio de Sá Bierrenbach, nº 200, bloco 2, sala 102, Jacarepaguá, CEP 22775-056, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro. **Presença e Convocação:** Dispensadas as formalidades de convocação, a teor do disposto no artigo 124, §4º da Lei nº 6.404/76, face à presença de acionista representando a totalidade do capital social, conforme registros e assinaturas lançados no Livro de Presença de Acionistas. **Mesa: Presidente da Mesa:** Carlos Eduardo Moraes Calheiros. **Secretário da Mesa:** Dan Suguio. **Ordem do Dia:** (a) Reduzir o capital social da Companhia; e (b) Consolidar o Estatuto Social. **Deliberações:** Foram analisados, discutidos e aprovados por unanimidade dos acionistas da Companhia, e preliminarmente, autorizada a lavratura da ata desta Assembleia Geral Extraordinária em forma de sumário, bem como sua publicação com omissão das assinaturas dos acionistas presentes, nos termos do artigo 130 e seus §§ da Lei nº 6.404/76, e, ato contínuo, tomadas as seguintes deliberações: **a)** Redução do Capital Social. Considerando a existência de excesso do capital social da Companhia, os acionistas aprovam a redução do capital social, em observância ao Artigo 173 da Lei nº 6.404/76, no valor de R\$ 1.819.138,00 (um milhão, oitocentos e setenta e sete mil e oitenta e sete reais), com o cancelamento de 1.819.138 (um milhão, oitocentos e setenta e sete mil e oitenta e sete reais) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, passando o capital social da Companhia de R\$ 639.141.043,00 (seiscentos e trinta e nove milhões, cento e quarenta e um mil e quarenta e três reais) para R\$ 637.321.905,00 (seiscentos e trinta e sete milhões, trezentos e vinte e um mil e novecentos e cinco reais), já contemplando a redução proporcional da conta de reserva legal de forma a atingir o mínimo legal disposto no Artigo 193 da Lei 6404/76, mantendo-se inalterado o percentual de participação dos acionistas no capital social. O valor total a ser restituído aos acionistas será pago nos termos do §2º do Artigo 174 da Lei nº 6.404/76, em moeda corrente. Em razão da redução de capital, o Artigo 5º do Estatuto Social, passa a vigorar conforme segue: "Artigo 5º - O capital social é de R\$ 637.321.905,00 (seiscentos e trinta e sete milhões, trezentos e vinte e um mil e novecentos e cinco reais), dividido em 637.321.905 (seiscentas e trinta e sete milhões, trezentas e vinte e um mil e novecentos e cinco) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal." **b)** Consolidar o Estatuto Social, o qual passa a vigorar nos termos da minuta que constitui o "Anexo I" da presente ata. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, lavrou-se a ata a que se refere esta Assembleia que, após lida, foi aprovada e assinada pelos presentes. **Assinaturas: Mesa:** Carlos Eduardo Moraes Calheiros, Presidente e Dan Suguio, Secretário. **Acionista:** Tegra Incorporadora S.A., Carlos Eduardo Moraes Calheiros e Dan Suguio. **Certifico que a presente é cópia fiel do original lavrado no Livro Registro de Atas de Assembleia Geral da Companhia. Rio de Janeiro, 08 de fevereiro de 2022. Mesa: Carlos Eduardo Moraes Calheiros** - Presidente; **Dan Suguio** - Secretário.

Rio de Janeiro

Quinta-feira, 17 de fevereiro de 2022 – Diário Comercial – 07

NOVA INFRAESTRUTURA GASODUTOS PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ/ME Nº 21.375.343/0001-00 - NIRE 33.3.0031390-7

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 16 DE DEZEMBRO DE 2021. (Lavrada em forma de sumário de acordo com o §1º do art. 130 da Lei 6.404/76). 1. **Data, Hora e Local:** No dia 16 de dezembro de 2021, às 15 horas, na sede da Nova Infraestrutura Gasodutos Participações S.A. ("Companhia"), na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Av. Almirante Júlio de Sá Bierrenbach, 200, Ed. Pacific Tower, Bloco 2, 2º e 3º andares, salas 201 a 204 e 301 a 304, Jacarepaguá, CEP 22775-028. 2. **Convocação e Presença:** Dispensadas as formalidades de convocação, nos termos do parágrafo quarto, do artigo 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A.") em razão da presença dos acionistas detentores da totalidade do capital social da Companhia, consoante assinaturas apostas no Livro de Presença de Acionistas, e presença do representante da Apsis Consultoria Empresarial Ltda., em observância ao parágrafo primeiro, do artigo 8º da Lei das S.A.. 3. **Mesa:** A Reunião foi presidida pelo Sr. Marcos Pinto Almeida, que convidou o Sr. Fernando Ziziotti para secretariar os trabalhos. 4. **Ordem do Dia:** Deliberar sobre: (a) ratificação da nomeação da empresa avaliadora Apsis Consultoria Empresarial Ltda., como empresa especializada responsável pela elaboração dos laudos de avaliação contábil ("Laudos") de determinados ativos e passivos, listados nos Laudos, que conjuntamente compõem o acervo líquido a ser contribuído à Companhia como integralização de parte do aumento de capital social da Companhia; (b) a aprovação dos Laudos, os quais seguem anexos à presente ata no **Anexo I**, elaborados na forma do parágrafo primeiro do art. 8 da Lei das S.A., para suportar o aumento de capital mencionado no item (c); (c) o aumento do capital social da Companhia, e a consequente alteração do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia; (d) contratação de um ou mais empréstimos em moeda estrangeira pela Companhia; (e) avaliação e implementação de estruturas para a contratação de financiamento(s) pela Companhia; (f) contratação da(s) operação(ões) de derivativo(s) que seja(m) necessária(s) à proteção cambial (*hedge*) do montante e demais termos do(s) empréstimo(s) a ser(em) celebrado(s) conforme item (d) acima; (g) a instrução de voto a ser transmitida para a Reunião do Conselho de Administração da Nova Transportadora do Sudeste S.A. – NTS ("NTS"), a ser realizada nesta data, às 16 horas ("Reunião CA NTS"), em relação: (i) à outorga de garantia fidejussória pela NTS referente à contratação de um ou mais empréstimos em moeda estrangeira pela Companhia; (ii) à avaliação e implementação de estruturas para a outorga de garantia fidejussória pela NTS referente ao(s) financiamento(s) a ser(em) contratado(s) pela Companhia; e (iii) à outorga de garantia fidejussória pela NTS referente à contratação, pela Companhia, da(s) operação(ões) de derivativo(s) que seja(m) necessária(s) à proteção cambial (*hedge*) do montante e demais termos da contratação de empréstimo(s) em moeda estrangeira, nos termos do item (d) acima; e (h) autorização para que os Diretores da Companhia realizem todos os atos necessários à efetivação das deliberações anteriormente mencionadas. 5. **Deliberações:** Após a aprovação da lavratura da presente ata sob a forma prevista no parágrafo primeiro do art. 130 da Lei das S.A. e, após exame e discussão das matérias constantes da Ordem do Dia, bem como do material de suporte enviado à Companhia e arquivado na sede da Companhia, os acionistas decidiram, por unanimidade e sem reservas: (a) **ratificar** a nomeação da empresa avaliadora Apsis Consultoria Empresarial Ltda., que elaborou os Laudos; (b) **aprovar** os Laudos, datado de 16 de dezembro de 2021, que é parte integrante da presente ata, na forma do **Anexo I**; (c) **aprovar** o aumento do capital social da Companhia, no valor total de R\$ 1.000,00, a ser subscrito e integralizado mediante (i) contribuição à Companhia de acervo líquido positivo representado por 741.916.697 ações ordinárias representativas do capital social da NTS, de titularidade dos acionistas, e obrigações de pagamento a elas relacionadas, na presente data, avaliado em R\$ 13,89, de acordo com os Laudos, e (ii) montante em dinheiro, no valor de R\$ 986,11, no ato da subscrição, passando o capital social dos atuais R\$ 2.650.100,00 para R\$ 2.651.100,00. (c.1) Fixar o preço de emissão da ação em R\$ 1,00, fixado nos termos do artigo 170, §1º, inciso II, da Lei das S.A.; (c.2) O aumento de capital é realizado mediante a emissão de 1.000 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal da Companhia; (c.3) Conforme Boletins de Subscrição constantes dos Anexos II e III, os acionistas da Companhia subscreveram e integralizaram as ações ora emitidas, observada a seguinte proporção: (i) o acionista **Nova Infraestrutura Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia** subscreveu 915 ações, no valor de R\$ 915,00, as quais foram totalmente integralizadas, nesta data, da seguinte forma: (i.1) a parcela correspondente a R\$ 908,59 em moeda corrente nacional e (i.2) a parcela correspondente a R\$ 6,41 mediante a contribuição à Companhia de acervo líquido positivo representado por 678.853.777 ações ordinárias de emissão da NTS e obrigações de pagamento a elas relacionadas, de titularidade do acionista **Nova Infraestrutura Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia**, na presente data, de acordo com os valores indicados nos Laudos; e (ii) o acionista **Itaúsa S.A.** subscreveu 85 ações, no valor de R\$ 85,00, as quais foram totalmente integralizadas, nesta data, da seguinte forma: (ii.1) a parcela correspondente a R\$ 77,52 em moeda corrente nacional e (ii.2) a parcela correspondente a R\$ 7,48 mediante a contribuição à Companhia de acervo líquido positivo representado por 63.062.920 ações ordinárias de emissão da NTS e obrigações de pagamento a elas relacionadas, de titularidade do acionista **Itaúsa S.A.** na presente data, de acordo com os valores indicados nos Laudos; e (c.4) alterar, em consequência do aumento de capital, o artigo 5º, *caput*, do Estatuto Social da Companhia, que passa a vigorar com a seguinte redação: "Artigo 5º - O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 2.651.100,00 (dois milhões, seiscentos e cinquenta e um mil e cem reais), dividido em 2.651.100 (dois milhões, seiscentas e cinquenta e uma mil e cem) ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal;" (d) **aprovar**, para fins de pagamento das obrigações da Companhia resultantes do aumento de capital, contratação de um ou mais empréstimos em moeda estrangeira pela Companhia que totalizará(ão) o valor de até US\$ 550.000.000,00 (quinhentos e cinquenta milhões de dólares norte-americanos), a ser(em) convertido(s) para moeda corrente nacional através de operação(ões) de derivativo(s) mencionada(s) no item (f) abaixo, com prazo de vencimento de até 5 (cinco) anos e com garantia fidejussória pela NTS, mediante a emissão de notas promissórias no valor equivalente a até 120% (cento e vinte por cento) do valor do(s) respectivo(s) empréstimo(s) ("Empréstimo(s)"); (e) **aprovar**, para fins de pagamento das obrigações da Companhia resultantes do aumento de capital, a avaliação e implementação de estruturas para a contratação de financiamento(s) pela Companhia ("Financiamento(s)"), somando o valor de R\$ 6.000.000.000,00 (seis bilhões de reais), desde que o(s) Empréstimo(s), em conjunto com o(s) Financiamento(s) estejam limitados à soma do equivalente a até USD 1.005.000.000,00 (um bilhão e cinco milhões de dólares norte-americanos), a serem contratados em moeda corrente nacional / ou convertidos para moeda corrente nacional através de operação de derivativo, conforme critérios, diretrizes e condições constantes da proposta apresentada pela Administração aos acionistas e que fica arquivada na sede da Companhia. i. consignar que o(s) Financiamento(s) poderá(ão) se dar por meio de (i) emissão de debêntures pela Companhia; e/ou (ii) emissão de nota(s) comercial(is) ou promissória(s) pela Companhia; ii. Consignar que a efetiva implementação do(s) Financiamento(s) está condicionada ao cumprimento dos termos da Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição da Companhia e posterior aprovação societária, pelos órgãos societários aplicáveis da Companhia, dos principais termos e condições do(s) Financiamento(s), conforme aplicável; (f) **aprovar** a contratação da(s) operação(ões) de derivativo(s) que seja(m) necessária(s) à proteção cambial (*hedge*) do montante e demais termos da contratação de empréstimo(s) em moeda estrangeira a ser(em) celebrado(s) conforme item (d) acima; (g) **aprovar** a instrução de voto a ser transmitida para a Reunião CA NTS, qual seja, comparecer e votar favoravelmente em relação à (i) outorga de garantia fidejussória pela NTS referente à contratação do(s) Empréstimo(s) pela Companhia, nos termos do item (d) acima; (ii) avaliação e implementação de estruturas para a outorga de garantia fidejussória pela NTS referente ao(s) Financiamento(s) a ser(em) contratado(s) pela Companhia, nos termos do item (e) acima; e (iii) outorga de garantia fidejussória pela NTS referente à contratação, pela Companhia, da(s) operação(ões) de derivativo(s) em montante equivalente e demais termos da contratação de empréstimo(s) em moeda estrangeira a ser(em) celebrado(s) conforme item (d) acima; (h) **autorizar** que os Diretores da Companhia realizem todos os atos necessários à efetivação das deliberações anteriormente mencionadas. 6. **Encerramento.** Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente declarou suspensos os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura da presente Ata, a qual, após lida, foi considerada conforme e assinada pelos componentes da Mesa. **Mesa:** Marcos Pinto Almeida – Presidente; Fernando Bernardes Boniolo Ziziotti – Secretário. **Acionistas:** **Nova Infraestrutura Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia**, neste ato representado pela sua administradora, Brookfield Brasil Asset Management Investimentos Ltda.; e **Itaúsa S.A.** *Certifica-se que a presente é cópia fiel da original lavrada no livro próprio da Companhia.* Rio de Janeiro, 16 de dezembro de 2021. **Mesa:** **Marcos Pinto Almeida** - Presidente. **Fernando Bernardes Boniolo Ziziotti** – Secretário. Jucerja nº 4728910 em 18/01/2022.

BARCAS S.A. – TRANSPORTES MARÍTIMOS
CNPJ/MF Nº. 33.644.865.0001/40 - NIRE Nº. 3330013882-0
COMPANHIA FECHADA
CARTA DE RENÚNCIA

Rio de Janeiro/RJ, 25 de janeiro de 2022. À **BARCAS S.A. – TRANSPORTES MARÍTIMOS** ("Companhia"). Aos cuidados do Conselho de Administração da Companhia, Praça XV de Novembro, 21, sobrado, Centro - Rio de Janeiro/ RJ CEP: 20.010-010. **Ref.: Renúncia ao cargo de Diretor sem designação específica da Companhia.** Prezados Senhores: Pela presente e para todos os fins e efeitos do artigo 151 da Lei 6.404/76, eu, **LUIS AUGUSTO VALENÇA DE OLIVEIRA**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, analista de sistema, CPF/MF sob o nº. 254.751.935-68, residente e domiciliado na Cidade e Estado de São Paulo, com endereço profissional na Avenida Chedid Jafet, nº. 222, Bloco B, 4º Andar, Vila Olímpia, São Paulo/SP, CEP: 04.551-065, apresento minha **RENÚNCIA**, em caráter irrevogável e irretroatável, na presente data, ao cargo de Diretor sem designação específica da Companhia, para o qual fui eleito na Reunião do Conselho de Administração realizada em 13 de abril de 2021, comprometendo-me a manter em sigilo todas as informações que me tenham sido adquiridas no respectivo período. Atenciosamente, **LUIS AUGUSTO VALENÇA DE OLIVEIRA** - Assinado com certificado digital ICP Brasil. Ciente: em 25/01/2022. **BARCAS S.A. – TRANSPORTES MARÍTIMOS** - João Daniel Marques da Silva - Assinado com certificado digital ICP Brasil. JUCERJA nº 00004767273 em 11/02/2022. Jorge Paulo Magdaleno Filho - Secretário Geral.

BARCAS S.A. – TRANSPORTES MARÍTIMOS
CNPJ/MF Nº. 33.644.865.0001/40 - NIRE Nº. 3330013882-0
COMPANHIA FECHADA
CARTA DE RENÚNCIA

Rio de Janeiro/RJ, 25 de janeiro de 2022. À **BARCAS S.A. – TRANSPORTES MARÍTIMOS** ("Companhia"). Praça XV de Novembro, 21, sobrado Centro - Rio de Janeiro/RJ - CEP: 20.010-010. **Ref.: Renúncia ao cargo de membro efetivo e presidente do Conselho de Administração da Companhia.** Prezados Senhores: Pela presente e para todos os fins e efeitos do artigo 151 da Lei 6.404/76, eu, **LUIS AUGUSTO VALENÇA DE OLIVEIRA**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, analista de sistema, CPF/MF sob o nº. 254.751.935-68, residente e domiciliado na Cidade e Estado de São Paulo, com endereço profissional na Avenida Chedid Jafet, nº. 222, Bloco B, 4º Andar, Vila Olímpia, São Paulo/SP, CEP: 04.551-065, apresento minha **RENÚNCIA**, em caráter irrevogável e irretroatável, na presente data, ao cargo de membro efetivo e presidente do Conselho de Administração da Companhia, para o qual fui eleito na Assembleia Geral Ordinária da Companhia realizada em 13 de abril de 2021, comprometendo-me a manter em sigilo todas as informações que me tenham sido adquiridas no respectivo período. Atenciosamente, **LUIS AUGUSTO VALENÇA DE OLIVEIRA** - Assinado com certificado digital ICP Brasil. Ciente: em 25/01/2022. **BARCAS S.A. – TRANSPORTES MARÍTIMOS** - João Daniel Marques da Silva - Assinado com certificado digital ICP Brasil. JUCERJA nº 00004767337 em 11/02/2022. Jorge Paulo Magdaleno Filho - Secretário Geral.

Allpark Empreendimentos, Participações e Serviços S.A.

Companhia Aberta - CNPJ/ME nº 60.537.263-0001-66 - NIRE 35.300.370.406

Ata de Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 16 de fevereiro de 2022

1. **Data, Horário e Local:** No dia 16 de fevereiro de 2022, às 14:00 horas, de forma exclusivamente digital, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 481, de 17 de dezembro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 481"), considerando-se, portanto, realizada na sede social da Allpark Empreendimentos, Participações e Serviços S.A. ("Companhia"), localizada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek 1.830, Torre 3, 3ª Andar, CEP 04543-000. 2. **Convocação:** O edital de primeira convocação desta Assembleia Geral foi publicado na forma do artigo 124 da Lei nº 6.404, de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações") publicado nas edições dos dias 25, 26 e 27 de janeiro de 2022 do jornal "Diário Comercial", nas páginas B2, B2 e B3, respectivamente, da edição física e na página da internet do "Diário Comercial". 3. **Publicações:** Todos os documentos relacionados às matérias a serem deliberadas, conforme previstos na Instrução CVM 481, foram disponibilizados aos acionistas na sede da Companhia e, em rede mundial de computadores nos websites da Companhia (<https://ri.estapar.com.br/>), da CVM (www.cvm.gov.br) e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") (www.b3.com.br). 4. **Presença:** Presentes os acionistas titulares de 181.634.206 (cento e oitenta e um milhões, seiscentas e trinta e quatro mil, duzentas e seis) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal de emissão da Companhia, representativas de 86,8% (oitenta e seis inteiros e oito décimos por cento) de seu capital social total e votante, considerando o registro de presença no sistema eletrônico de participação a distância TEN MEETING, nos termos da Instrução CVM 481. Presentes, também, (i) o Sr. César Graciliano da Luz, economista, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Físicas do Ministério da Economia ("CPFME") sob o nº 305.848.498-42, na qualidade de representante da Mazars Cabrera Assessoria, Consultoria e Planejamento Empresarial Ltda., abaixo qualificada, empresa especializada responsável pela elaboração dos laudos de avaliação objeto de aprovação desta Assembleia Geral Extraordinária; e (ii) o Sr. Emílio Sanchez Salgado Junior, representante da administração da Companhia. 5. **Mesa:** Presidente: Edwyn Neves; Secretária: Alessandra Martão de Andrade. 6. **Leitura de Documentos, Recebimento de Votos e Lavratura da Ata:** Foi dispensada a leitura dos documentos relacionados às matérias a serem deliberadas nesta assembleia geral extraordinária, uma vez que são do conhecimento dos acionistas e, ainda, (i) foram postos à disposição dos senhores acionistas na sede da Companhia; (ii) foram colocados à disposição dos senhores acionistas por meio do website da Companhia (<https://ri.estapar.com.br/>); (iii) foram encaminhados à B3 (www.b3.com.br), em atendimento ao disposto no artigo 124, parágrafo 6º, da Lei das Sociedades por Ações; e (iv) foram colocados à disposição dos senhores acionistas no website da CVM (www.cvm.gov.br). Por fim, foi autorizada a lavratura da presente ata em forma de sumário dos fatos ocorridos e a sua publicação com omissão das assinaturas da titularidade dos acionistas, nos termos do artigo 130, parágrafos 1º e 2º, da Lei das Sociedades por Ações. A assembleia geral extraordinária foi integralmente gravada e a respectiva gravação será mantida pela Companhia pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos ou, conforme aplicável, por prazo superior caso este venha a ser expressamente determinado pela CVM. 7. **Ordem do Dia:** examinar, discutir e deliberar acerca das seguintes matérias: 7.1. a aprovação do Protocolo e Justificação da Incorporação das Ações de Emissão da ON Tecnologia e Mobilidade Urbana S.A. inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia sob o nº 26.054.490/0001-00 ("Protocolo e Justificação") constante do Anexo I à presente ata, que contém todos os termos e condições da operação de incorporação de ações ("Incorporação de Ações"), cuja eficácia está subordinada à verificação (ou renúncia, conforme o caso) das condições precedentes e os termos e condições previstos no "Contrato de Compra e Venda de Ações, Incorporação de Ações e Outras Avenças", celebrado entre a Companhia e os acionistas detentores, direta ou indiretamente, conjuntamente, da totalidade do capital social da ON Tecnologia e Mobilidade Urbana S.A. ("ZUL") em 10 de novembro de 2021 ("Contrato ZUL"); 7.2. a ratificação da nomeação da empresa especializada Mazars Cabrera Assessoria Consultoria e Planejamento Empresarial Ltda., sociedade empresária limitada inscrita no CNPJ/ME sob o nº 22.356.119/0001-34 ("Empresa Avaliadora"), como responsável pela elaboração do laudo de avaliação do valor econômico das ações de emissão da ZUL a serem incorporadas pela Companhia, conforme constante do Anexo II à presente ata ("Laudo de Avaliação"); 7.3. a aprovação do Laudo de Avaliação, cuja eficácia está subordinada à verificação (ou renúncia, conforme o caso) das condições precedentes e os termos e condições previstos no Contrato ZUL; 7.4. a aprovação da Incorporação de Ações, nos termos do Protocolo e Justificação, cuja eficácia está subordinada à verificação (ou renúncia, conforme o caso) das condições precedentes e os termos e condições previstos no Contrato ZUL; 7.5. uma vez aprovada a Incorporação de Ações, a aprovação do aumento do capital social da Companhia em decorrência da Incorporação de Ações, cuja eficácia está subordinada à verificação (ou renúncia, conforme o caso) das condições precedentes e os termos e condições previstos no Contrato ZUL; 7.6. a aprovação da alteração do artigo 5º do estatuto social da Companhia, de forma a refletir o Aumento do Capital Social, cuja eficácia está subordinada à verificação (ou renúncia, conforme o caso) das condições precedentes e os termos e condições previstos no Contrato ZUL; 7.7. a aprovação da complementação do artigo 3º (objeto social) do estatuto social da Companhia para incluir no objeto social a atividade de "cessão de mão de obra especializada em atividade de estacionamento de veículos", e a consequente consolidação do estatuto social da Companhia conforme constante do Anexo III à presente ata; 7.8. a aprovação em conformidade com o artigo 9º, inciso VI do estatuto social da Companhia, o Plano de Ações Restritas da Companhia, conforme constante do Anexo IV à presente ata; e 7.9. a autorização para que a administração da Companhia a tomar todas as providências necessárias para a implementação das deliberações que vierem a ser aprovadas na presente assembleia geral extraordinária, incluindo, mas não se limitando, a prática de todos os atos necessários à implementação da Incorporação de Ações e do Plano de Ações Restritas, com a ratificação de todos os atos já praticados. 8. **Deliberações:** após análise das matérias constantes da ordem do dia, os acionistas presentes deliberaram o quanto segue: 8.1. **aprovar**, por 124.935.835 (cento e vinte e quatro milhões, novecentos e trinta e cinco mil, oitocentos e trinta e cinco) votos favoráveis, nenhum voto contrário e 56.698.371 (cinquenta e seis milhões, seiscentas e noventa e oito mil, trezentos e setenta e uma) abstenções, o Protocolo e Justificação, cuja eficácia está subordinada à verificação (ou renúncia, conforme o caso) das condições precedentes e os termos e condições previstos no Contrato ZUL; 8.2. **nomear**, por 124.935.835 (cento e vinte e quatro milhões, novecentos e trinta e cinco mil, oitocentos e trinta e cinco) votos favoráveis, nenhum voto contrário e 56.698.371 (cinquenta e seis milhões, seiscentas e noventa e oito mil, trezentos e setenta e uma) abstenções, a Empresa Avaliadora, contratada pela administração da Companhia ad referendum da sua nomeação pelos acionistas da Companhia, e que, a pedido da administração da Companhia, previamente avaliou o valor econômico das ações de emissão da ZUL nos termos do Protocolo e Justificação; 8.3. **aprovar**, por 124.935.835 (cento e vinte e quatro milhões, novecentos e trinta e cinco mil, oitocentos e trinta e cinco) votos favoráveis, nenhum voto contrário e 56.698.371 (cinquenta e seis milhões, seiscentas e noventa e oito mil, trezentos e setenta e uma) abstenções, a Incorporação de Ações pela Companhia, nos termos do Protocolo e Justificação, cuja eficácia está subordinada à verificação (ou renúncia, conforme o caso) das condições precedentes e os termos e condições previstos no Contrato ZUL; 8.4.1. Consignar que, em razão da Incorporação de Ações, cuja eficácia está subordinada ao implemento de determinadas condições suspensivas, nos termos e condições previstos no Protocolo e Justificação, o capital social da Companhia é aumentado no montante de R\$20.779.188,00 (vinte milhões, setecentos e setenta e nove mil e cento e oitenta e oito reais), mediante a emissão de, observada a relação de substituição prevista no Protocolo e Justificação, (i) 5.194.797 (cinco milhões, cento e noventa e quatro mil, setecentas e noventa e sete) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal de emissão da Companhia, pelo preço de emissão de R\$ 4,00 (quatro reais) por ação, subscritas pelos acionistas da ZUL na proporção de suas respectivas participações no capital social da ZUL na efetivação da Incorporação de Ações, e integralizadas mediante a incorporação de 23.489 (vinte e três mil, quatrocentas e oitenta e nove) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal de emissão da ZUL, nos termos do artigo 252 da Lei das Sociedades por Ações e do Protocolo e Justificação ("Ações"); e (ii) 40 (quarenta) bônus de subscrição, representativos de até 11.428.665 (onze milhões, quatrocentas e vinte e oito mil, seiscentas e sessenta e cinco) ações ordinárias, escriturais e sem valor nominal de emissão da Companhia, cuja emissão foi autorizada pelo Conselho de Administração na Reunião do Conselho de Administração realizada em 10 de novembro de 2021, nos termos do art. 14 do Estatuto Social da Companhia ("Bônus de Subscrição") ("Aumento de Capital"). 8.4.2. Os Bônus de Subscrição conferirão direito, caso verificadas as condições para o exercício, à subscrição de representativos de até 11.428.665 (onze milhões, quatrocentas e vinte e oito mil, seiscentas e sessenta e cinco) ações ordinárias, escriturais e sem valor nominal de emissão da Companhia, que conferirão ao detentor os mesmos benefícios e direitos das ações ordinárias de emissão da Companhia atualmente existentes conforme previsto no Estatuto Social da Companhia, inclusive o direito a voto, e ao recebimento integral de dividendos que venham a ser declarados pela Companhia desde a data de emissão das ações. 8.4.3. Os Bônus de Subscrição foram atribuídos como vantagem adicional aos subscritores das ações emitidas no aumento de capital (ou seja, os acionistas da ZUL), no contexto da incorporação das ações de emissão da ZUL pela Companhia, de forma que não houve preço de emissão dos Bônus de Subscrição. O exercício do Bônus de Subscrição está atrelado ao atingimento de determinadas metas operacionais e, o preço de exercício dos Bônus de Subscrição será de R\$4,00 (quatro reais) por ação para as três primeiras séries e R\$11,00 (onze reais) por ação (corrigido pelo IPCA) para a quarta série. 8.4.4. Os Bônus de Subscrição são emitidos em quatro séries, para cada um dos acionistas da ZUL, observada a proporção prevista no Contrato ZUL, sendo que o titular do Bônus de Subscrição não poderá vender, transferir, onerar, permutar ou de qualquer outra forma alienar os Bônus de Subscrição. 8.4.5. Conforme disposto nos artigos 252, parágrafo 1º e 137, inciso IV da Lei das Sociedades por Ações, será facultado o direito de recesso aos acionistas da Companhia que não votaram favoravelmente à Incorporação de Ações, que se absteram de votar ou que não compareceram a esta assembleia geral extraordinária, e que manifestarem expressamente sua intenção de exercer o direito de recesso, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data de publicação desta ata de assembleia geral extraordinária. O direito de recesso, com o consequente pagamento do reembolso, somente será assegurado com relação às ações de emissão da Companhia de que o acionista era, comprovadamente, titular desde o encerramento do pregão do dia 10 de novembro de 2021 e mantidas pelo acionista, ininterruptamente, até a data do efetivo exercício do direito de recesso. 8.4.6. O valor do reembolso por ação a ser pago em virtude do exercício do direito de recesso foi apurado com base no patrimônio líquido da Companhia, constante das demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, correspondente a R\$ 3,55 (três reais e cinquenta e cinco centavos) por ação. Consequentemente, o valor de reembolso a ser pago aos acionistas dissidentes das deliberações da assembleia a ser convocada para tratar dos assuntos objeto deste Protocolo, correspondente ao valor patrimonial por ação, na data base de 31 de dezembro de 2020, de R\$ 3,55 (três reais e cinquenta e cinco centavos) por ação, sem prejuízo do levantamento de balanço especial, nos termos da legislação aplicável. 8.4.7. Uma vez implementadas ou renunciadas as condições suspensivas, nos termos e condições previstos no Protocolo e Justificação, a Companhia e a ZUL comunicarão uma à outra o implemento de respectivas condições suspensivas, e a Companhia divulgará ao mercado indicando a data de consumação da operação. 8.5. em decorrência da aprovação da Incorporação de Ações, **aprovar**, por 124.935.835 (cento e vinte e quatro milhões, novecentos e trinta e cinco mil, oitocentos e trinta e cinco) votos favoráveis, nenhum voto contrário e 56.698.371 (cinquenta e seis milhões, seiscentas e noventa e oito mil, trezentos e setenta e uma) abstenções, o consequente Aumento de Capital, de modo que o capital social da Companhia passará de R\$ 614.460.658,22 (seiscentos e quatorze milhões, quatrocentos e sessenta mil, seiscentos e cinquenta e oito reais e vinte e dois centavos), dividido em 209.231.726 (duzentos e nove milhões, duzentas e trinta e uma mil, setecentas e vinte e seis) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal para R\$ 635.239.846,22 (seiscentos e trinta e cinco milhões, duzentos e trinta e nove mil, oitocentos e quarenta e seis reais e vinte e dois centavos), dividido em 214.426.523 (duzentas e quatorze milhões, quatrocentas e vinte e seis mil, quinhentas e vinte e três) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal para R\$ 635.239.846,22 (seiscentos e trinta e cinco milhões, duzentos e trinta e nove mil, oitocentos e quarenta e seis reais e vinte e dois centavos), dividido em 214.426.523 (duzentas e quatorze milhões, quatrocentas e vinte e seis mil, quinhentas e vinte e três) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal". 8.7. **aprovar**, por 124.935.835 (cento e vinte e quatro milhões, novecentos e trinta e cinco mil, oitocentos e trinta e cinco) votos favoráveis, nenhum voto contrário e 56.698.371 (cinquenta e seis milhões, seiscentas e noventa e oito mil, trezentos e setenta e uma) abstenções, a complementação do artigo 3º (objeto social) do estatuto social da Companhia para incluir no objeto social a atividade de "cessão de mão de obra especializada em atividade de estacionamento de veículos", o qual passará a vigorar com a seguinte redação: "Artigo 3º - A Companhia tem por objeto (i) administração, exploração e/ou controle de atividade de estacionamento de veículos, prestação de serviços técnicos, de administração, de assessoria e de planejamento pertinente a estacionamento de veículos, seja em imóveis próprios ou de terceiros, para empresas privadas ou públicas, inclusive em áreas especiais para estacionamento rotativo de veículos, localizados em vias ou logradouros públicos; (ii) importação de equipamentos para uso próprio; (iii) execução de projetos, implantação e manutenção de sinalização vertical e horizontal para sistema de transportes; (iv) compra e venda de imóveis; (v) participação em outras sociedades e/ou fundos de investimento em participação; (vi) locação de imóveis próprios; (vii) veiculação e divulgação de textos, desenhos e outros materiais de propaganda e publicidade; (viii) exploração da atividade de franquia para operação de estacionamento de veículos; (ix) disponibilização de imóveis a terceiros para exercício de atividades comerciais; (x) administração, exploração e/ou controle de outras atividades comerciais, não relacionadas no item (i), em imóveis próprios ou de terceiros; e (xi) cessão de mão de obra especializada em estacionamento de veículos." 8.7.1. O estatuto social da Companhia é neste ato consolidado, passando a vigorar com a redação constante do Anexo III da presente ata. 8.8. **aprovar**, por 121.339.140 (cento e vinte e um milhões, trezentos e trinta e nove mil, cento e quarenta) votos favoráveis, 3.596.695 (três milhões, quinhentas e noventa e seis mil, seiscentos e noventa e cinco) votos contrários e 56.698.371 (cinquenta e seis milhões, seiscentos e noventa e oito mil, trezentos e setenta e um) abstenções, o Plano de Ações Restritas da Companhia, nos termos e condições previstos na Proposta da Administração divulgada pela Companhia. 8.9. **autorizar**, por 124.935.835 (cento e vinte e quatro milhões, novecentos e trinta e cinco mil, oitocentos e trinta e cinco) votos favoráveis, nenhum voto contrário e 56.698.371 (cinquenta e seis milhões, seiscentas e noventa e oito mil, trezentos e setenta e uma) abstenções, a administração da Companhia a tomar todas as providências necessárias para a implementação das deliberações que vierem a ser aprovadas na presente assembleia geral extraordinária, incluindo, mas não se limitando, a prática de todos os atos necessários à implementação da Incorporação de Ações e do Plano de Ações Restritas, com a ratificação de todos os atos já praticados. 9. **Encerramento de Assinaturas:** Nada mais havendo a ser tratado, foi oferecida a palavra a quem dela quisesse fazer uso e, como ninguém se manifestou, foram encerrados os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura da presente ata, a qual, após reaberta a sessão, foi lida e aprovada por todos os presentes e assinada pelos membros da mesa. Os acionistas que registraram sua presença no sistema eletrônico de participação a distância foram considerados presentes à Assembleia para todos os fins e, como tais, consideram-se assinantes do Livro de Presença de Acionistas e desta ata, nos termos do artigo 21-V, parágrafo primeiro, da Instrução CVM 481. Mesa presente via participação digital, nos termos da Instrução CVM 481: Presidente: Edwyn Neves; Secretária: Alessandra Martão de Andrade. Acionistas Presentes via participação digital, nos termos da Instrução CVM 481: AGPJ FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO CRÉDITO PRIVADO INVESTIMENTO NO EXTERIOR, CAISSE DE DEPOT ET PLACEMENT DU QUEBEC, CAIXA DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO BRASIL – PREVI, FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS – FINEP, FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MARANELLO – MULTISTRATÉGIA, FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO CRÉDITO PRIVADO VALBUENA - INVESTIMENTO NO EXTERIOR, MONEDA LUXEMBOURG SICAV - LATIN AMERICA SMALL CAP FUND, RIVERSIDE FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTISTRATÉGIA, TEMPRANILLO FUNDO DE INVESTIMENTO DE AÇÕES INVESTIMENTO NO EXTERIOR, TSEMF III BRAZIL S.A.R.L. e TSEMF IV BRAZIL S.A.R.L. São Paulo, 16 de fevereiro de 2022.

Mesa: Edwyn Neves - Presidente; Alessandra Martão de Andrade - Secretária.

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Certisign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/AD28-7356-496C-6C73> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: AD28-7356-496C-6C73



Hash do Documento

AFFE1C756F6F70BBC75B1D4FBD4F36EF7701BAC02982C10B859CF62DE531A72A

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 16/02/2022 é(são) :

- Marcos Nogueira Da Luz (Administrador) - 086.729.427-28 em
16/02/2022 22:25 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital - JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA -
33.270.067/0001-03

